

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXXIII - 9ª Legislatura

Suplemento do DCL Nº 66

Brasília, quarta-feira, 3 de abril de 2024

Sumário

Seção 3

Ata Circunstanciada da 21ª Sessão Ordinária.....	3
Ata Circunstanciada da 22ª Sessão Ordinária.....	27
Ata Circunstanciada da 12ª Sessão Extraordinária ..	37



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

Mesa Diretora

Presidente: Deputado Wellington Luiz

Vice-Presidente: Deputado Ricardo Vale

Primeiro Secretário: Deputado Pastor Daniel de Castro - **Suplente:** Deputado Pepa

Segundo Secretário: Deputado Roosevelt - **Suplente:** Deputada Doutora Jane

Terceiro Secretário: Deputado Martins Machado - **Suplente:** Deputado Eduardo Pedrosa



COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Thiago Manzoni Vice-Presidente: Chico Vigilante Robério Negreiros Fábio Felix Iolando	Joaquim Roriz Neto Gabriel Magno Martins Machado Max Maciel Hermeto	Presidente: Gabriel Magno Vice-Presidente: Dayse Amarílio Thiago Manzoni Jorge Vianna Ricardo Vale	Chico Vigilante Paula Belmonte Roosevelt Robério Negreiros Martins Machado
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS		COMISSÃO DE SEGURANÇA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Eduardo Pedrosa Vice-Presidente: Joaquim Roriz Neto Paula Belmonte Jaqueline Silva Jorge Vianna	Martins Machado Daniel Donizet João Cardoso Doutora Jane Robério Negreiros	Presidente: Doutora Jane Pastor Daniel de Castro Roosevelt Hermeto Iolando	Jorge Vianna Pepa Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS		COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Dayse Amarílio Vice-Presidente: Max Maciel João Cardoso Martins Machado Pastor Daniel de Castro	Ricardo Vale Fábio Felix Paula Belmonte Eduardo Pedrosa Jorge Vianna	Presidente: Daniel Donizet Vice-Presidente: Paula Belmonte Doutora Jane Rogério Morro da Cruz Joaquim Roriz Neto	Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva Jorge Vianna Martins Machado
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR		COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante Vice-Presidente: Jorge Vianna Hermeto Daniel Donizet Iolando	Gabriel Magno João Cardoso Pepa Pastor Daniel de Castro Dayse Amarílio	Presidente: Paula Belmonte Vice-Presidente: Ricardo Vale Robério Negreiros Dayse Amarílio Max Maciel	João Cardoso Gabriel Magno Jorge Vianna Chico Vigilante Fábio Felix
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		COMISSÃO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Fábio Felix Vice-Presidente: Ricardo Vale João Cardoso Rogério Morro da Cruz Jaqueline Silva	Max Maciel Gabriel Magno Paula Belmonte Doutora Jane Iolando	Presidente: Max Maciel Vice-Presidente: Martins Machado Pepa Gabriel Magno Fábio Felix	João Cardoso Paula Belmonte Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Rogério Morro da Cruz
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS		COMISSÃO DE PRODUÇÃO RURAL E ABASTECIMENTO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Hermeto Vice-Presidente: Pepa Gabriel Magno Daniel Donizet Eduardo Pedrosa	Iolando Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Roosevelt Rogério Morro da Cruz	Presidente: Pepa Vice-Presidente: Iolando Ricardo Vale Rogério Morro da Cruz Roosevelt	Pastor Daniel de Castro Jaqueline Silva Chico Vigilante Jorge Vianna Thiago Manzoni

9ª Legislatura

Deputado Chico Vigilante
Deputado Pastor Daniel de Castro
Deputado Daniel Donizet
Deputada Dayse Amarílio
Deputado Eduardo Pedrosa
Deputado Fabio Felix
Deputado Gabriel Magno
Deputado Hermeto
Deputado Iolando Almeida
Deputada Doutora Jane
Deputada Jaqueline Silva
Deputado João Cardoso

Corregedor: Deputado Joaquim Roriz Neto

Procuradora Especial da Mulher: Deputada Dayse Amarílio

Procuradoras Adjuntas Especiais da Mulher: Deputada Jaqueline Silva e Deputada Doutora Jane

Procurador Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Chico Vigilante

Procurador Adjunto Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Iolando

Procurador Especial da Defesa dos Direitos da Juventude: Deputado Joaquim Roriz Neto

Deputado Joaquim Roriz Neto
Deputado Jorge Vianna
Deputado Martins Machado
Deputado Max Maciel
Deputada Paula Belmonte
Deputado Pepa
Deputado Ricardo Vale
Deputado Robério Negreiros
Deputado Rogério Morro da Cruz
Deputado Roosevelt
Deputado Thiago Manzoni
Deputado Wellington Luiz

Ouvidor: Deputado Jorge Vianna

Seção 3

Ata Circunstanciada da 21ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 21ª
(VIGÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 26 DE MARÇO DE 2024.**

INÍCIO ÀS 15H05MIN

TÉRMINO ÀS 17H18MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está aberta a sessão ordinária de terça-feira, 26 de março de 2024, às 15 horas e 5 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o deputado Pastor Daniel de Castro a secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, as seguintes atas de sessões anteriores:

– Ata Sucinta da 19ª Sessão Ordinária, de 20 de março de 2024;

– Ata Sucinta da 20ª Sessão Ordinária, de 21 de março de 2024.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura das atas mencionadas.

Como as atas são do conhecimento de todos, indago se algum deputado deseja retificar as referidas atas. (Pausa.)

Não havendo pedido de retificação, dou como aprovadas sem observações as atas mencionadas.

Quero aqui agradecer ao nosso deputado Chico Vigilante, que ontem nos representou na posse do presidente do Tribunal Regional do Trabalho, doutor José Ribamar – maranhense, conterrâneo do nosso deputado Chico Vigilante. Muito obrigado, deputado. Eu não poderia ter sido melhor representado. Ficamos extremamente felizes. Ontem tínhamos agendas importantes. Só por essa razão não estávamos presentes, mas nos sentimos muito bem representados por V.Exa., deputado Chico Vigilante. Fica aqui o nosso registro de agradecimento. Desejo muito sucesso ao novo presidente do Tribunal Regional do Trabalho.

Quero lembrar que, às 17 horas, haverá uma missa, no Ministério Público do Distrito Federal, um convite do doutor Georges Seigneur. Eu e o deputado Ricardo Vale iremos ao evento.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – V.Exa. irá também, deputado Chico Vigilante?

Eu queria, inclusive, pedir ao deputado Pastor Daniel de Castro, o nosso pastor evangélico – sei que S.Exa. respeita todas as religiões –, que conduza a presidência enquanto representaremos a Câmara Legislativa. É um pedido carinhoso.

Estão presentes 5 deputados.

Como não há quórum, a presidência vai suspender a sessão por 15 minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h14min, a sessão é reaberta às 15h20min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro reaberta a presente sessão ordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, deputado Wellington Luiz, boa tarde a todos e a todos que nos acompanham pela TV Câmara Distrital.

Saúdo todos os Avas e ACS que estão na galeria, lutando pela nomeação. Eles sabem do apoio da Câmara Legislativa. Estamos aguardando o acordo e o compromisso da nomeação para estabelecermos, de fato, o que acreditamos ser atenção primária, na ponta, no dia a dia, no suporte necessário à saúde pública. (Palmas.)

Presidente, a minha fala de hoje é uma saudação, porque amanhã a maior cidade do Distrito Federal completa 53 anos: o Centro de Erradicação de Invasões, a Ceilândia, terra dos incansáveis, que, antes de mim e até antes mesmo do deputado Chico Vigilante, teve nesta casa Eurípedes Camargo, camarada do movimento dos incansáveis da Ceilândia, que também já foi senador da República. Já houve ceilandense desde a fundação constituinte desta casa.

Cidade que, se fosse um município, seria um dos 100 maiores do país. Ela é o maior mercado consumidor do Centro-Oeste, 10% do PIB do DF se concentra na cidade de Ceilândia. Olhem a matemática: a cidade possui 4 delegacias, 2 batalhões de polícia, mas não tem um centro cultural. Ceilândia não tem um parque – agora que definimos o parque do Setor O como um parque, para as famílias transitarem. Não que não queiramos segurança pública, mas almejamos ter a mesma quantidade de equipamentos culturais e esportivos que outras cidades têm.

Cidade de onde emanam meninos e meninas filhos daqueles que vieram ajudar a construir a capital do país, mas que, em vez de ser chamados de trabalhadores, foram chamados de invasores, deputada Doutora Jane. Colocaram Ceilândia, estrategicamente, a 30 quilômetros do desenho original. Ceilândia não optou por estar onde está; jogaram-na para longe, de forma estratégica, para que a classe trabalhadora não tivesse a oportunidade de usufruir daquilo que ajudou a construir. Essa cidade que, durante muito tempo, foi chamada de Caldeirão do Diabo, onde havia a Vila do Cachorro Sentado, o Barril de Pólvora. Foi isso que eu cresci ouvindo sobre a minha cidade.

Muitos dos nossos omitiam, no currículo, que moravam lá, para conseguirem um emprego, porque se presumia que todo jovem de lá era, poderia ser ou já foi bandido. É uma cidade que cresceu com a violência da ausência do Estado, da ausência de política pública. É uma cidade que não teve o merecido respeito pela potência que ela é. São 400 mil habitantes que todo dia saem para fazer essa cidade funcionar e até hoje lutam para ter direitos.

Ceilândia cresceu muito, desenvolveu-se e, nos últimos 15 anos, tornou-se uma potência. Foram universidades para lá, tem ido cada vez mais comércio e lazer.

Contudo, Ceilândia ainda marca tristes dados, sobretudo de violência interpessoal, de desinteligência entre vizinhos, tráfico, furto.

Bem, como poderia ser diferente uma cidade que tem 400 mil habitantes? Se ela fosse um dos 100 maiores municípios do país, presumo que ela teria até orçamento próprio. Ceilândia carece de uma série de equipamentos de infraestrutura e possui uma série de necessidades.

Carrego seu nome com muito orgulho, neste adereço que uso, o boné aba reta. Represento exatamente uma parcela da juventude que foi massacrada pelo ônus do que a cidade viveu historicamente. Ela sofreu o ônus de não ter acesso à educação de qualidade, esporte e lazer adequados.

Acredito muito na Ceilândia e quero convidar todos e todas para a sessão solene em homenagem aos seus 53 anos, que vai se dar na Escola Técnica de Ceilândia, em Ceilândia Sul. Convido também todas e todos para conferir a exposição Olhares de Ceilândia, na galeria do plenário. São fotos de jovens de Ceilândia, de como eles enxergam a cidade e olham para ela.

Não queremos mais ser o patinho feio daquela cidade. Uma cidade que, historicamente, mendiga um monte de coisas. Como já dizia Drummond em seu poema, por que a esquálida Ceilândia fere tanto a suntuosa Brasília? Por quê? Eu digo o porquê. Porque foi a classe trabalhadora, sobretudo

a nordestina, que quis ficar na cidade e resistir, porque queria ter direito a ela. Ceilândia fere porque é a chamada Brasília Teimosa. Fizem tudo para irmos embora, mas dissemos: “Não! Vamos ficar aqui”.

No caminhão número 75, o senhor Agamenon Ribeiro Cavalcanti, meu pai, saiu da Vila do IAPI para Ceilândia.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Ele trouxe outra nordestina, Maria Goreti Maciel. “Só tinha terra”, assim dizia a minha mãe. A sua moeda de troca eram latas de tinta, que ele pegava dos restos das obras aonde ia para poder estocar água para lavar a roupa, fazer a comida e dar banho nos seus 5 filhos, que cresceram numa Ceilândia cruel e para a qual só o Estado penal olhava.

Eu faço esse recorte histórico para jamais esquecer o que essa cidade viveu.

Ceilândia é orgulho, exportadora de cultura para todo o país, exportadora de atletas para todo o mundo. A maior cidade do Distrito Federal não pode ser reconhecida apenas em ano eleitoral.

Nós exigimos um parque ecológico na Arie JK. Exigimos que socorram e salvem o rio Melchior, que está morto, em estágio 4, por opção. Se seguíssemos a meta nº 31 do Plano Nacional de Cultura, Ceilândia deveria ter, no mínimo, 6 equipamentos culturais! Há 37 anos, o Movimento Retomada luta para ter um único centro cultural! Há 37 anos, a maior cidade do Distrito Federal luta para ter um centro cultural! Quando dizem para correrem atrás dos nossos direitos, sabem que vamos trabalhar. Se fosse nosso direito, não teríamos que correr atrás de nada porque já é direito nosso.

Saúdo essa cidade de 53 anos e reafirmo: vamos lutar para ela ser reconhecida como a potência que ela merece ser. Vamos lutar pelos benefícios, pelos equipamentos culturais, pelo parque ecológico, pelo rio Melchior.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Vamos lutar, sobretudo, para ela permanecer uma cidade linda, viva, que tem um sítio arqueológico, o segundo museu de gemas e uma obra de Oscar Niemeyer. E muitos que moram no Distrito Federal sequer sabem disso porque se omitem em conhecer a realidade dessa cidade, que é um caldeirão de cultura, um caldeirão de amor, na qual seus filhos e filhas têm muito orgulho de dizer que moram – assim como eu tenho muito orgulho de dizer que moro na Ceilândia. Ceilândia sempre viva, Ceilândia sempre linda!

Presidente, 53 anos não são pouca coisa – 11 anos depois que esta cidade foi feita.

Então, saúdo mais uma vez dizendo a todos: visitem a Feira da Ceilândia. Lá é uma beleza! Comam as comidas nordestinas típicas de lá. Vão à praça do Cidadão conhecer um projeto de juventude que pulsa eternamente; vão à praça da Bíblia conhecer o samba na comunidade, o Sarau-Vá; vão à Guariba conhecer o samba da guariba e a Casa do Cantador, essa obra de Oscar Niemeyer onde acontecem encontros belíssimos da cultura nordestina e da cultura popular.

Para encerrar, presidente, faço a mescla da minha geração com a geração dos meus pais: a xilogravura deu lugar ao grafite; o trio – zabumba, triângulo e sanfona – deu lugar às *pick-ups*; e as rimas dos repentistas deram lugar aos MCs. Isso é a cultura popular com a cultura *hip-hop* pulsando em uma energia única que só é possível encontrar na Ceilândia.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, nobre deputado Max Maciel. Agradeço-lhe o pronunciamento.

Parabéns à nossa Ceilândia, esta importante cidade do Distrito Federal, que tem uma história maravilhosa para nós que somos nascidos e criados em Brasília.

Muito obrigado.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, quero falar mais uma vez de um assunto sobre o qual tenho vindo a esta tribuna constantemente falar. Quero falar da contaminação da dengue que tomou conta do Distrito Federal.

O mosquito da dengue é o mais democrático que existe no mundo, porque ele contamina desde o rico, o mais milionário do Plano Piloto, até o mais pobre cidadão morador da Ceilândia. E mata! A dengue mata, o mosquito mata! E, para que o mosquito não continue proliferando, para que não

exista o dobro do que existe hoje, é preciso a contratação de vocês, ACS e Avas. Se o governo tivesse tido precaução e contratado vocês, não teria morrido tanta gente como morreu e está morrendo. (Palmas.)

Quando cheguei à Ceilândia, em 1977 – todos que moram aqui há mais tempo sabem disto –, os profissionais da saúde iam de casa em casa, colocavam aquele papelzinho atrás da nossa porta para que se conferisse que eles tinham passado ali, e diziam o dia que voltariam. Acabaram com tudo isso. Por isso o mosquito tomou conta.

Presidente, deputado Wellington Luiz, V.Exa., que tem compromisso com esta cidade, e a Câmara Legislativa têm que assumir um compromisso que não é do deputado Chico Vigilante, não é do deputado Ricardo Vale, não é do deputado Pastor Daniel de Castro e não é de V.Exa., mas de todos nós. É de todos nós! Nós temos que exigir do Governo do Distrito Federal que contrate um número suficiente de profissionais. A contratação que foi feita é uma gota d'água no oceano. Para uma cidade do tamanho da Ceilândia, deputado Wellington Luiz, destinar 6 profissionais é brincar de fazer saúde pública. E nós não estamos aqui para brincar!

Portanto, é exigência nossa – e V.Exa. tem compromisso com isso; estamos irmanados, estamos juntos –, e vamos exigir as contratações. Para contratar, presidente, não precisa sequer derrubar o anexo IV; é só o governo mandar o projeto das contratações, e nós alteramos a LDO. Só precisa fazer isso. E nós estamos dispostos. Eu sei do compromisso que V.Exa. tem, e, se nós queremos salvar vidas, há que se fazer com que, efetivamente, essas contratações aconteçam. (Palmas.)

Dito isso, presidente, eu quero abordar outro assunto, que é a importante sessão solene que vai acontecer na Câmara Legislativa no dia de hoje, às 19 horas, no auditório. É a comemoração dos 13 anos do mais importante portal democrático que existe no Brasil hoje, o Brasil 247, Quem não leu ainda o 247, proceda à sua leitura. É um portal com 30 milhões de páginas ao mês. É um portal que tem uma TV, a TV 247, com 1 milhão e 300 mil inscritos no YouTube. Eu convido todas e todos a comparecerem a essa sessão logo mais, às 19 horas, para que possamos homenagear o 247.

Ao encerrar a minha fala, eu quero parabenizar a minha cidade de Ceilândia. Eu cheguei à Ceilândia em 1977. Só havia poeira no período da seca e lama no período da chuva. Eu vinha de um estado pobre, mas, quando cheguei à Ceilândia, aí é que eu vi o que era desarrumação. Eu me lembro daquelas antenas de televisão gigantescas em uma vara, para tentar captar algum sinal. Todo mundo se lembra daquilo. Eu me lembro do sofrimento das pessoas para pegar um ônibus. Mas também me lembro da alegria de homens e mulheres que tiveram a coragem, a capacidade de construir uma das mais belas cidades do Brasil, uma cidade de nordestinos, mas também de gente de todos os recantos do Brasil.

Portanto, parabéns, Ceilândia, pelos seus 53 anos de idade! Tive 2 mandatos de deputado federal e nunca arredei o pé da Ceilândia. Moro lá, eu me orgulho da Ceilândia e jamais sairei de lá.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante; mais uma vez, parabéns pelo seu pronunciamento.

Concedo a palavra ao deputado Joaquim Roriz Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix. (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone.)

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Iolando.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, pessoas presentes na galeria, sejam bem-vindos, contem com o nosso apoio. (Palmas.)

Senhor presidente, quero fazer uma fala muito importante sobre uma injustiça que está acontecendo na Secretaria de Educação há mais de 60 anos. Brasília tem 64 anos e essa injustiça acontece desde a fundação da nossa capital. Isso ainda não foi corrigido pelos governos que por aqui passaram e continua na gestão do nosso nobre governador, tão atencioso a todas as causas e categorias do Distrito Federal. É a questão relacionada a cerca de 382 diretores e vice-diretores das quase 700 escolas do Distrito Federal, e chamou-me a atenção: a equiparação salarial para a função de diretor e de vice-diretor. Há uma injustiça sendo feita a alguns dos nossos diretores e vice-diretores.

Eu recebi uma comissão em meu gabinete, fiquei bastante preocupado, entrei em contato com a Secretaria da Educação por meio do adjunto Isaías, e passei para ele a demanda de que alguns professores que exercem a função de diretor e vice-diretor estão sendo discriminados, não estão sendo valorizados como devem ser. Eles não estão equiparados a outros diretores e vice-diretores da Secretaria de Educação da rede pública de educação do nosso Distrito Federal na função que ocupam, com a responsabilidade administrativa e pedagógica que possuem.

Alguns diretores da secretaria possuem a gratificação FGE6, eles recebem R\$2.446,00. O vice-diretor, lógico, recebe um pouco menos, sua gratificação é a FGE5, e recebe R\$1.902,58. Porém, foi criada uma nova classificação para diretores e vice-diretores. Há diretores e vice-diretores que possuem a mesma função dos outros, mas que recebem valores bem menores. Você pode me perguntar: será que na escola desses diretores e vice-diretores há menos alunos, por isso eles têm menos importância? Não. Há diretores e vice-diretores que coordenam mais de 800 crianças, mais de 800 alunos, e recebem uma gratificação inferior, uma gratificação no valor de R\$1.902,58. O Governo do Distrito Federal e a Secretaria de Educação estão cometendo uma injustiça para com esses professores, diretores e vice-diretores que têm a função de cuidar das nossas crianças.

O Tribunal de Contas do Distrito Federal, por exemplo, decidiu pela isonomia de todos que executam a função de agentes comunitários de saúde e de todos que executam funções com insalubridade. Eles devem receber os mesmos valores porque exercem a mesma função com o mesmo grau de insalubridade. Não há diferença por ser de uma categoria *a* ou de uma categoria *b*; ao contrário, são daqueles que fazem a defesa dos agentes comunitários. Portanto, o Tribunal de Contas decidiu que eles devem receber os valores equiparados.

Baseado nesse argumento do Tribunal de Contas do Distrito Federal, eu indago o nobre Governador do Distrito Federal, bem como a secretária de educação, senhora Hέλvia Paranaguá, que analisem a possibilidade de encaminhar para esta casa um projeto de lei que equipare e interrompa a injustiça que está sendo feita com esses diretores, para que eles recebam o mesmo que os outros, que possuem a mesma função e responsabilidade.

Essa é a minha indignação, e eu acredito que já chegou ao conhecimento do governador. Creio que essa fala vai chegar ao ouvido dele, da secretária de educação e, também, do secretário de economia. É um impacto muito pequeno para a importância, para o significado que esses diretores e vice-diretores representam para todos nós do Distrito Federal e para os nossos preciosos alunos.

Vocês têm o meu apoio, bem como da nossa bancada nesta casa. Vamos nos ater a esse assunto para que, dentro em breve, o governo entenda e veja essa injustiça que está sendo cometida com os diretores e vice-diretores.

Muito obrigado, senhores.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Iolando.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente, deputadas e deputados, senhoras e senhores; amigos que assistem a nós pela TV Câmara Legislativa.

Primeiro, presidente, eu também quero me associar à Ceilândia, cidade em que eu morei no Setor P Sul, no Setor O, onde tive comércio, fui presidente da Liga Esportiva do Setor O e vice-presidente do Ceilandense Futebol Clube. A cidade onde eu cresci, uma cidade linda, maravilhosa, que me deu tantas oportunidades.

Então, quero também, nesta feita, deputado Max Maciel, associar-me à V.Exa., já fiz isso porque recebi do Elom – como todos aqui – uma caixinha muito bonita, muito bem trabalhada. Aquele menino é um artista! Quando fui administrador de Vicente Pires, ele foi cedido para lá e pintou todas as paradas da cidade, uma coisa linda, maravilhosa.

Portanto, quero aqui externar meus sentimentos de felicidade e desejar um feliz aniversário aos moradores, aos comerciantes, às lideranças, ao nosso querido administrador, doutor Dilson. Peço a Deus que abençoe ainda mais aquela cidade.

Presidente, também quero trazer um pequeno relato da minha ida à São Paulo, uma vez que esta casa foi convidada a participar da feira da Trade Show, a maior feira de pesca da América Latina, em São Paulo. Fui lá para representar esta cidade e trabalhei intensamente 3 dias.

Ontem, eu já estive com o governador e levei para ele o *release* do que vimos lá. O pessoal

tem muito desejo de trazer uma feira dessa para o Distrito Federal, presidente. Ela, em números, presidente, é assustadora. Havia 100 empresas do Brasil expondo lá. Houve um pedido de 200 estandes, mas ela não comportou – só 100. Passaram por lá mais de 25 mil pessoas, deputado Ricardo Vale. Eles fecharam em contratos quase 600 milhões de reais.

Quero dizer, presidente, que a pesca esportiva no Brasil tem crescido de uma maneira assustadora. Para que V.Exa. tenha uma noção, lá havia 10 secretarias de turismo de estados, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Pará, Amazonas, Goiás. Esses estados estavam todos com a sua representatividade lá, apoiando o evento. Empresários de pousadas do Brasil de fora a fora estavam lá.

Os números da pesca esportiva aumentam mais a cada dia. Ela gera hoje 10 bilhões de receitas, mais de 200 mil empregos diretos e quase 500 mil empregos indiretos. O Ministério da Pesca e o secretário nacional de pesca estavam lá – esses são dados que ele tem, não há consenso sobre eles todos ainda; estão, inclusive, defasados. Essa é uma atividade que tem crescido de uma maneira assustadora, gerando emprego, gerando renda, dando oportunidades e, mais, proporcionando também o lazer, hoje revestido de uma característica de esporte, porque a pesca, logo, logo, será transformada em um esporte de alto rendimento.

São mais de 15 milhões de pescadores no Brasil. No Centro-Oeste, temos algo em torno de 100 mil pescadores e lagos, como Serra da Mesa, Três Ranchos, Três Marias, Corumbá I, Corumbá II, Corumbá III e Corumbá IV. Tem sido assim a cada dia. Cresce a quantidade de praticantes da pesca esportiva, no seu caráter esportivo.

Aprovamos uma lei nesta casa, que já foi sancionada, que autoriza a pesca esportiva no lago Paranoá, cota zero, pesque e solte. Nos próximos dias 4 e 5, teremos o primeiro campeonato de pesca esportiva no lago Paranoá. A previsão é de 100 caiaques e 200 embarcações. Aproximadamente, 800 pescadores virão da região de Brasília, do Goiás, do Entorno e de alguns lugares do Brasil. Virá gente do Pará, do Amazonas, e nomes expoentes, como Rubinho e Nelson Nakamura – a quem saúdo aqui –, que são os expoentes da pesca no Brasil e estarão divulgando o nosso lago Paranoá.

Presidente, eu tive a oportunidade, nesses 3 dias, de vender Brasília naquele lugar. Dei palestra, falei da Lei nº 7.399, de nossa autoria. Assisti a palestras do Ministério da Pesca e de várias autoridades do ramo da pesca no Brasil, o que mostra que o Brasil também está no caminho certo. Presidente, o mundo está de olho no Brasil.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Para vocês terem uma noção, a pesca nos Estados Unidos é praticada por 75 milhões de americanos. Pelo que falaram lá, a pesca esportiva movimentou algo em torno de 190 bilhões de dólares na economia. Então, são números grandiosos. Esse povo quer vir para o Brasil. E, vindo para o Brasil, é necessário que eles venham a Brasília, porque, diga-se de passagem, o aeroporto de Brasília foi classificado como o quarto melhor aeroporto do mundo, presidente – saiu essa notícia na CBN, hoje de manhã. Então, nós temos toda a malha do aeroporto, nós temos todos esses lagos na nossa região, e foi autorizada a pesca esportiva no lago Paranoá. Isso é fruto do trabalho desta casa e do Governo do Distrito Federal.

Quero muito agradecer à Mesa Diretora por nos liberar para representarmos esta casa e falarmos da importância e da beleza do lago Paranoá. Hoje o lago é muito usado para lazer. Agora será usado para lazer, esporte e turismo, porque, quando essas pessoas vêm, elas movimentam seus barcos, abastecem, compram traia, vara, carretilha, molinete, anzol, isca artificial. Isso movimentou demais a economia. Como eu falei, movimentou hoje mais de 10 bilhões de reais por ano e gera aproximadamente 500 mil empregos de forma direta e indireta.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro. Parabéns! V.Exa. nos representou numa matéria extremamente importante e cara para o Distrito Federal. Isso é o que interessa. Nós ficamos extremamente satisfeitos e vamos continuar nessa luta para trazer o turismo para o Distrito Federal, que V.Exa. tem feito muito bem. Obrigado.

Deputado Rogério Morro da Cruz, V.Exa. falará nos Comunicados de Líderes ou nos Comunicados de Parlamentares? (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Sem partido. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente. Boa tarde aos pares, ao pessoal da galeria.

Presidente, hoje eu venho aqui, mais uma vez, agradecer a toda a equipe do DER do Distrito Federal. Hoje foi iniciada a construção e a pavimentação do estacionamento do terminal rodoviário de São Sebastião. E, após a conclusão do estacionamento, será pavimentada a via do terminal até a DF-473, também em São Sebastião. Já está prevista a duplicação da DF-473, que se liga com a BR-251, em frente ao Capão Comprido e também ao Zumbi dos Palmares.

O motivo do meu pronunciamento, presidente, é pedir aos moradores do Distrito Federal, especialmente aos moradores da minha querida e amada São Sebastião, que digam “não” às muitas *fake news* que estão sendo compartilhadas nas redes sociais com desinformação e estão deixando a população confusa.

Hoje mesmo me deparei com um cidadão que dizia que não está havendo atendimento em São Sebastião na estrutura criada para atender aos pacientes com suspeita de dengue. A tenda colocada em frente à Administração de São Sebastião está atendendo agora no antigo TRE de São Sebastião, na UBS 2, bem em frente ao Caic. A população precisa ficar atenta e dizer “não” às *fake news*. Não podem essas tais pessoas, que se dizem lideranças, espalhar *fake news*. Está ocorrendo, sim, o atendimento.

Eu estou acompanhando, também, junto com a Secretaria de Saúde, o atendimento na UPA de São Sebastião, que precisa melhorar. Quero dizer que não estou aqui para defender a UPA, as UBS ou os hospitais superlotados. Eu fui esses dias a vários hospitais particulares, presidente, que também estão todos lotados. Está aqui a deputada Dayse Amarilio e o deputado Jorge Vianna, que defendem a saúde e têm essa ciência, bem como todos nós deputados e a população do Distrito Federal.

O que nós, como representantes, devemos fazer é nos dar as mãos, destinar recursos, cobrar do governo – é para isso que nós fomos eleitos – e valorizar os profissionais da saúde de todos os segmentos. Não dá para ficar culpando somente um gestor, um representante que foi eleito por aquela cidade, que é o primeiro deputado da história de São Sebastião, eleito por aquela região, que continua morando, deputada Doutora Jane, em um bairro que não tem água encanada, que não tem saneamento básico – quando não é a poeira, é a lama. Eu estou lá, dando a minha cara a tapa. Mas o que nós não podemos permitir é que essas *fake news* venham a difamar, a perseguir um representante eleito legalmente – diferente de muitos que ganharam a eleição e envolveram-se em corrupção, e outros, também eleitos, que foram embora de São Sebastião.

Então, presidente, são verdades somente. Eu costumo dizer que prefiro perder o amigo falando a verdade a cultivar um amigo mentindo.

Que Deus abençoe! Avance, Distrito Federal. Estou aqui para me somar a vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Rogério Morro da Cruz.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

Logo após, farão uso da palavra o deputado Thiago Manzoni, o deputado Fábio Félix e a deputada Doutora Jane.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente, boa tarde, nobres deputados.

Presidente, quero usar o plenário hoje para falar sobre o concurso da Polícia Militar. Todos sabem que estou acompanhando esse concurso, deputada Doutora Jane. São 3.100 pessoas aprovadas até o momento. Amanhã será divulgado o resultado do psicotécnico.

Quero também falar para a nossa corporação da Polícia Militar que eu recebi muitos candidatos que foram considerados inaptos no exame médico por besteira ou por questões que, ao que parece, a banca não olhou direito. Então, eu orientei os candidatos a entrarem com recurso, e eles estão entrando para fazerem um novo exame, para que seja visto o que realmente aconteceu e se estão observando, com detalhes, os laudos, porque os exames são entregues à banca.

A Polícia Militar, no momento, não tem nada a ver com isso. A Polícia Militar recebe os aprovados apenas no momento do curso de formação. Até então é a banca examinadora que faz todo o processo do concurso.

Há muitas reclamações, quase 400 candidatos não foram aprovados no exame médico. É claro que há coisas que são realmente difíceis, mas há outras que não foram observadas pela banca

examinadora.

Também quero dizer, presidente, que estou muito feliz. Hoje eu estive com o nosso governador, e muitas coisas boas estão vindo para Brasília, para o Distrito Federal. Está havendo muitas obras na nossa região – Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Park Way, Riacho Fundo I, subindo ali para o Guará –, enfim, em todo o Distrito Federal. Deputado Daniel Donizet, até o Gama de V.Exa. está sendo bem atendido.

Hoje, senhor presidente, o governador sancionou a reestruturação da Polícia Penal – eu estava lá na hora em que isso aconteceu. O meu sonho agora, como a coronel Ana Paula está fazendo um excelente trabalho, é entregar a reestruturação da nossa Polícia Militar em tempo para que a apresentemos ao governador e que possamos, com toda vontade política, junto ao Congresso Nacional, entregar essa reestruturação que tanto esperamos.

Como eu digo aqui sempre: não faz sentido a promoção que existe dentro da corporação – 10 anos para passar de soldado a cabo, enfim, todo mundo já conhece essa história. Está na hora de enviarmos essa reestruturação, está na hora de fazermos justiça aos nossos companheiros da Polícia Militar.

Tenho certeza de que a comandante Ana Paula e todo o seu corpo técnico vão entregar uma estruturação à altura do que a nossa instituição tanto deseja. Se Deus quiser, agora, no dia 21 de abril, haverá a nossa promoção. O governador já concordou com a redução do interstício, e trabalhamos bastante para isso junto ao secretário Ney, junto à coronel Ana Paula também. Foi muito importante todo o processo. Nós trabalhamos juntos. Só que essa redução é um paliativo, pois o que temos de fazer mesmo é a reestruturação para acabar de uma vez por todas com essa agonia.

Desejo uma semana santa maravilhosa. Que Deus nos abençoe na Sexta-Feira da Paixão! Desejo uma feliz Páscoa para todos nós, e espero que a ressurreição de Cristo seja a união do nosso país, que tão dividido está por pensamentos ideológicos diferentes. Continuo sempre acreditando que nós somos brasileiros. O Brasil em que moro é o mesmo Brasil em que moram o deputado Fábio Félix e o deputado Thiago Manzoni. Precisamos torcer para que o Brasil dê certo. Nunca podemos torcer para que o Brasil dê errado. Felizmente ou infelizmente, quem estiver à frente do Brasil, temos de torcer para que tudo dê certo.

Feliz Páscoa. Uma Sexta-Feira da Paixão maravilhosa para todos nós.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Hermeto.

Quero registrar a presença dos nossos estudantes e dos professores da Escola Classe 12 da Ceilândia, que está fazendo aniversário amanhã, deputado Max Maciel. Muito obrigado, professora. É um prazer tê-los aqui conosco. Todos eles estão participando do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Esta sessão já ficou melhor. Vamos aproveitar que a casa está repleta de alegria.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

Na sequência, deputado Fábio Félix, deputada Dayse Amarilio, deputada Doutora Jane e deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente, boa tarde, meus colegas parlamentares que estão aqui, boa tarde as nossas equipes de assessoria, ao pessoal da galeria que está aí terça-feira após terça-feira. (Palmas.)

E uma boa-tarde especial aos nossos alunos que estão aqui hoje no projeto Conhecendo o Parlamento. Sejam muito bem-vindos. É uma alegria para todos nós poder receber vocês aqui. Eu aproveito a oportunidade para parabenizar a nossa diretora da Elegis, a Jane, que faz um belo trabalho à frente da nossa escola e que traz esse projeto para que os alunos do Distrito Federal possam conhecer o parlamento e a realidade desta casa de leis.

Presidente, 6 anos atrás, em março de 2018, o Brasil assistiu, estarrecido, à execução de uma vereadora do município do Rio de Janeiro e do seu motorista Anderson. Ambos foram brutalmente assassinados logo depois que ela encerrou a sua agenda de trabalho do dia.

O assassinato de Marielle Franco é algo lamentável para a história do Brasil. Mancha a história da política brasileira e não deveria ter acontecido jamais, nem no Brasil ou em qualquer outro país do

mundo que se diz democrático.

Logo depois do assassinato de Marielle e do seu motorista, parte dos políticos brasileiros e parte dos veículos de comunicação do Brasil passaram a acusar injustificadamente uma pessoa pelo assassinato dela. Durante os últimos 6 anos, Jair Bolsonaro conviveu com acusações, ilações e insinuações nefastas. Asseveraram publicamente que ele era o responsável por aquele assassinato covarde de uma vereadora do Rio de Janeiro. A razão para ele ter sido acusado é que o assassino morava no condomínio dele e disseram que alguém tinha interfonado para a casa dele.

O que fizeram com Bolsonaro, a perseguição que se faz com Bolsonaro nos últimos 6 anos é uma covardia, é assassinato de reputação. Acusar alguém de assassinato sem que essa pessoa possa se defender porque não tem acesso aos autos, não consta dos autos, não foi indiciado, é covarde. Muitas figuras transformaram esse assassinato terrível da vereadora num palanque político partidário de maneira vergonhosa. Uma dessas pessoas, infelizmente, hoje ocupa o cargo mais importante do Brasil, é presidente da República. Olhem o que disse o presidente Lula na época.

(Apresentação de áudio.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI – “Responsável pela morte da Marielle.” São as palavras que saíram da boca do presidente Lula.

Agora se sabe – ou pelo menos ao que parece se sabe – quem matou e quem mandou matar a vereadora Marielle. Não foi Bolsonaro, como todo cidadão de bem do Brasil sabia. Alguma retratação? Não. Algum pedido de desculpa? Não. Alguma errata? Não. Apenas mais perseguição.

Agora que, depois de 6 anos de insinuações e ilações, se sabe que não foi ele, a morte de Marielle infelizmente parece que não tem mais importância no cenário político nacional. O assunto agora é embaixada da Hungria. Sabem por quê? Porque o importante, lamentavelmente, nunca foi descobrir quem tinha matado a vereadora, o importante é perseguir Bolsonaro, a sua família e quem se alia a ele. É isso o que acontece no Brasil hoje.

Acontece, senhores, que a população brasileira percebe o que está sendo feito. A população brasileira percebe a injustiça que é feita contra Bolsonaro. A população brasileira percebe que ele é um homem de bem, que fez o melhor que podia como presidente do Brasil...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Com os seus acertos e com os seus erros, com o seu próprio jeito de ser, que não precisa agradar a todo mundo. Ele não é assassino, não é ladrão, não levou os móveis embora e não merece ser perseguido como é. Não merece ser vítima dessa perseguição imoral, injusta, vergonhosa da qual ele é vítima.

E o que acontece? A população brasileira se une cada vez mais a Bolsonaro. De norte a sul do Brasil, onde o Bolsonaro aparece a população parece que brota do chão para cercar, para pedir foto, para abraçar, para declarar apoio. E isso não para de acontecer ao redor do Brasil. Perseguido como ele é; sua esposa, dona Michelle Bolsonaro, perseguida como é; a sua família, a direita...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – ... perseguidos como são.

Hoje, no Brasil, só existe um líder político: Jair Bolsonaro. E, quanto mais ele é perseguido, mais ele cresce. E não importa que depois que a verdade venha à tona – como veio no caso da vereadora, como veio no caso dos móveis e como vem em todos esses casos – não haja uma retratação. Não importa que não haja retratação. Não importa que ninguém diga: “Olha, eu errei”. Não importa que não digam que o que aconteceu não era aquilo que estava sendo dito. Não importa: a população sabe, a população vê e a população brasileira hoje apoia, quase que irrestritamente, o presidente Bolsonaro. A direita, eu repito, continua crescendo – e não vai parar de crescer. É uma maratona, e nós já começamos a correr.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu estou inscrito, mas pedi o uso da palavra para corroborar com a fala do deputado Thiago Manzoni. Eu, de coração, esperava que nesta tarde houvesse 2 coisas por parte da esquerda. É bonito: nós erramos, não é feio voltar atrás, não é feio pedir desculpa. Eu mesmo já pedi desculpa nesta casa. Isso não

diminui ninguém. Bolsonaro merece um pedido de desculpa da esquerda. Mas que não o faça por conta da pauta ideológica?

Eu imaginava que a esquerda, hoje, estaria, aqui, vibrando, dizendo: "Achamos o assassino da companheira Marielle" – uma vereadora vibrante, trabalhadora, guerreira –; e a esquerda se calou. Deputado Thiago Manzoni, ontem eu falei nas minhas redes sociais: "Você sabe por que não está ouvindo uma vírgula da esquerda? Porque o assassino não é quem eles imaginavam que seria." Graças a Deus não é. Mas está colocado, apareceu o mandante. Sabemos quem mandou matar e quem executou. E Bolsonaro está fora disso.

O que me assusta é que, todas as vezes em que há alguma coisa que alcança o governo da esquerda, aparece algo como cortina de fumaça. Apareceu agora, e estão dizendo que é um crime – logo mais vou falar sobre isso. Estão dizendo que Bolsonaro estava escondido na embaixada da Hungria para pedir asilo, porque ele é um homem sem passaporte. Um homem cujo passaporte está apreendido pelo Supremo Tribunal Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Uma saudação especial ao presidente; às senhoras e aos senhores deputados; aos estudantes que estão hoje, aqui, no plenário da Câmara Legislativa; aos trabalhadores que estão hoje no plenário da Câmara Legislativa, lutando em defesa da saúde – Avas, ACS –, pelas nomeações. (Palmas.)

Há algumas coisas que parecem até brincadeira, não é? Quem é de Brasília sabe. Quem nunca passou, deputado Gabriel Magno, um fim de semana em uma embaixada para descansar um pouquinho, de férias? Quem nunca foi a uma embaixada? Não é verdade, não é? Quem já dormiu em embaixada? Foi convidado? Quem passou uns dias de recesso? Eu nunca fui convidado. Já foi, deputado Chico Vigilante? Nunca foi. Isso é um caso.

Então, há coisas que parecem até brincadeira para quem não quer assumir a gravidade do assunto que está acontecendo. Eu acho engraçado, porque há defesa a qualquer custo. Não se fala em obstrução de justiça. Não se fala em tentativa de fuga, não se fala em pedido de asilo. O presidente Lula foi preso, mas ele não fugiu. Ele foi para a cadeia e lutou por justiça, no caso dele. Entretanto, há gente tentando fugir. Ninguém fica um fim de semana em uma embaixada da extrema direita por outra razão.

Enfim, enxerga quem quer, inventa história em cima desse tema quem quer. Todo mundo que é de fora do Distrito Federal ou de dentro sabe que embaixada não é colônia de férias, especialmente para político que está com o passaporte retido. Embaixada não é colônia de férias para político que tem o passaporte retido e está sendo investigado, como é o caso do ex-presidente da República.

Todavia, presidente, obviamente, como representante do PSOL nesta casa, eu também não poderia deixar de vir a esta tribuna hoje para falar da importância da investigação e do trabalho da Polícia Federal; da luta, ao longo desses últimos 6 anos, por justiça para a Marielle. Essa foi a nossa prioridade. Essa foi a prioridade de quem sentiu no coração e de quem construiu um partido com a Marielle.

Eu não venho, aqui, para falar da boca para fora; eu não venho aqui para fazer vitimismo, ou para falar de outro tema e utilizar a Marielle como bode expiatório em outro tema. Eu venho aqui para falar de Marielle Franco, como alguém que conheceu a Marielle Franco, sabia da sua trajetória, sabia que ela foi a terceira mulher preta eleita vereadora no Rio de Janeiro.

Era uma mulher bissexual, cria da favela, que teve coragem de enfrentar a milícia. Defendeu a população da periferia; enfrentou, sim, a violência e os abusos da polícia do Rio de Janeiro, do crime organizado.

Foi uma mulher que defendeu política social, que defendeu direitos humanos. Marielle foi símbolo de uma trajetória fundamental para este país. Ela é um marco, deputados e deputadas, da representatividade das mulheres negras nos espaços de poder, porque ela foi visibilidade. Marielle foi um marco da mudança na defesa dos direitos humanos neste país.

Aqui, nós lutamos por justiça a Marielle, porque nós lembramos daquele 14 de março de 2018, quando nossa companheira foi executada no estado do Rio de Janeiro. Aquilo ali foi um ataque brutal à democracia. Ela e o seu motorista, Anderson Torres, estavam voltando de uma atividade de reunião de mulheres negras em que se debatia a potencialidade das mulheres negras; e ela foi mais uma mulher negra eliminada, anulada, da política brasileira.

Nós lutamos 6 anos por justiça, e 6 anos é tempo demais para o atentado a uma vereadora

eleita em uma das maiores cidades deste país ficar sem respostas do poder público. Passamos por uma intervenção federal no Rio de Janeiro liderada pelo general Braga Netto. Passamos por uma série de momentos na conjuntura política em que não tínhamos resposta para aquilo que aconteceu.

Agora a verdade vem: políticos estavam diretamente envolvidos no assassinato de Marielle e Anderson, políticos conhecidos pelo envolvimento com o crime organizado e com as milícias no Rio de Janeiro. Nós não podemos achar normal esse processo que está acontecendo no nosso país em relação às milícias. São pessoas contratadas pelo Estado que estão montando escritórios do crime naquele estado. Isso acontece em outros lugares, pautados pela grilagem de terra...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – ... pautados pela especulação imobiliária.

É inaceitável isso que aconteceu com Marielle. São cúmplices da morte de Marielle todos que apoiam, que homenageiam, que estão ladeados com as milícias hoje, no Rio de Janeiro e no Brasil. Nós sabemos quem está do lado do crime organizado, das milícias neste país; quem incentiva o extermínio que é feito por agentes do Estado em vários estados e municípios brasileiros. É inaceitável que isso ocorra no nosso país em 2024.

Nós continuaremos lutando por justiça, porque nós queremos saber os detalhes daquilo que aconteceu. Nós sabemos que vai haver um processo e já há, neste momento, parlamentar na CCJ da Câmara dos Deputados defendendo os acusados da Polícia Federal, deputado Chico Vigilante. Já há parlamentar defendendo o Brazão na CCJ da Câmara dos Deputados.

Adivinhem quais são os que estão defendendo os milicianos? Aqueles que sempre defenderam os milicianos; aqueles que homenageiam os milicianos nas assembleias legislativas, nas câmaras municipais, no Congresso Nacional; aqueles que fortaleceram as milícias neste país. Eles estão, no Congresso Nacional, defendendo o grupo organizado deles. São esses mesmos que estão defendendo esse projeto.

Nós estamos hoje ainda em luto por Marielle. A família de Marielle permanece em luto, a bancada do PSOL esteve com diversos parlamentares, ministros, em uma homenagem em memória de Marielle e Anderson, no Congresso Nacional.

O deputado Max Maciel esteve lá – e está aqui agora –, nosso líder da bancada. Eu queria dizer que nós seguiremos lembrando o legado. Eles se infiltraram no PSOL, eles atacaram aquilo que defendíamos e eles não imaginavam que Marielle iria virar semente.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Deputado Max Maciel, nós – deputado Chico Vigilante, deputado Gabriel Magno e muitos outros neste país, como Erika Hilton, Talíria, Sâmia – só começamos a ocupar esses espaços porque Marielle foi semente. O seu legado, as suas pautas não vão ser usados de bode expiatório. Lave a sua boca para falar de Marielle Franco. Ela vive nas pautas que ela defendia e vai viver nas nossas pautas.

Obrigado, presidente.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu ia pedir um aparte na fala do meu companheiro, deputado Fábio Félix, primeiro para falar que as pessoas dizem que estamos calados, mas elas não têm noção da dor por que estamos passando.

É a dor, presidente e deputado Fábio Félix, de descobrir que quem orquestrou a morte da nossa companheira Marielle era chefe da divisão de homicídios do estado do Rio de Janeiro. Ele foi diretor da Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro. O cara que sentou com a família da nossa companheira, que ouviu o relato da família sobre as denúncias das pessoas que poderiam ser acusadas ou não. Foi isso que nos deixou tristes!

O calar é pela atrocidade e por não acreditar que vamos perder a capacidade de confiar nas instituições. É parlamentar, diretor da Polícia Civil de um estado e membros de conselho de tribunal. E o pior, presidente e deputado Fábio Félix, a morte de Marielle só chegou aonde chegou, porque ficamos 6 anos gritando, na rua, “Marielle vive” e “Quem mandou matá-la?”.

Perguntamos quem mandou matar, quem matou e, agora, por quê?

Se não fosse o clamor da população e das pessoas dizendo “Marielle vive”, continuaria a aposta deles na inércia e no arquivamento do processo. E não foi arquivado.

É importante que se diga que essa investigação ficou sob cuidados de uma Polícia Federal que não quis investigar, cuja direção foi trocada várias vezes para chegarmos aonde chegamos agora.

Quero dizer, deputado Fábio Félix, o quanto é arriscado ser do PSOL neste país, hoje, porque eles não investigaram só Marielle, não; eles foram para cima de outros parlamentares do PSOL, deputado Ricardo Vale. Eles investigaram onde os nossos companheiros e companheiras moravam e o que faziam.

O que isso gera para um partido político seja qual for? O medo de seguir lutando pelas causas sociais. Não devemos sequer dizer que esse fato passa despercebido. É um absurdo descobrir que um chefe da Polícia Civil estava envolvido na morte de uma parlamentar do país. É um absurdo isso!

Como deputados distritais, hoje, sabemos muito bem o que isso representa, porque lutamos pelas mesmas pautas que Marielle lutava lá no Rio de Janeiro; somos expostos às mesmas condições que Marielle estava exposta.

A minha intervenção é para expressar solidariedade, deputado Fábio Félix, ao nosso partido, à nossa história. Como V.Exa. bem disse, somos sementes. Se achavam que calariam Marielle, enganaram-se muito, porque ela vive em cada um de nós.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Concedo a palavra à deputada Doutora Jane.

DEPUTADA DOUTORA JANE (MDB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, presidente. Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar os meus colegas deputados, os servidores Avas e ACS; e dizer que somos solidários à luta de vocês. Entendemos a importância do trabalho de vocês e o que vocês representam para o nosso DF. Contem com o nosso apoio sempre! (Palmas.)

Quero cumprimentar os alunos da Escola Classe 12 de Ceilândia, que trouxeram muita alegria para nós. Pensem na energia boa que esses meninos nos trazem! A visita deles me remete ao tempo em que eu era professora. É uma troca muito boa, muito natural, muito gostosa, muito feliz. Professores, realmente insistam, tragam esses meninos a esta casa, que é a casa do povo, é a casa deles. Aqui eles vão aprender democracia e conhecer o trabalho que estamos fazendo pelo DF.

Eu não poderia deixar de me referir ao caso Marielle. Depois de 6 anos de luta pela descoberta do autor do crime, agora acho que se revela toda a trama que ceifou a vida daquela mulher negra, que tão bem representava as mulheres naquela casa legislativa, no Rio de Janeiro.

Quero dizer que, se confirmado o que tem sido apurado até agora, efetivamente, o trabalho daquela polícia não me representa, não representa a polícia de Brasília, não representa a polícia do Brasil.

Lugar de bandido, efetivamente, é na cadeia. Então, quem praticou o crime tem que ser responsabilizado de forma célere e séria. Eu me solidarizo com a família da Marielle pela perda.

Presidente, estou nesta tribuna para falar um pouquinho do mês de março, um mês muito feliz quando penso nas conquistas, no que consegui aprovar. O nosso trabalho de parlamento é muito desafiador. Quando propomos uma lei, até que ela se materialize, seja promulgada, há um caminho a ser trilhado.

Eu tive o privilégio de ver aprovadas e promulgadas nesta casa, ao longo deste mês de março – um mês tão simbólico para as mulheres, um mês tão simbólico para mim –, 2 leis.

Uma se chama Educa por Elas, que permite que as escolas públicas e privadas possam debater, com os jovens e adolescentes, a violência doméstica, o empoderamento da mulher e como cessar a situação de vulnerabilidade. É nessa fase que nós precisamos incutir na cabeça deles o respeito à mulher. Assim, certamente, teremos cidadãos mais respeitosos, que não vão agredir a mulher; que vão entender qual é o espaço deles, qual é o limite na relação homem-mulher; e que vão respeitar a questão de gênero.

Outra lei de minha autoria que foi sancionada foi a que cria o Na Hora Mulher, cuja ideia é que as mulheres tenham, naquele serviço tão importante e tão conhecido do DF – ali já é desenvolvido um

trabalho de excelência –, um trabalho de exclusividade em que elas, em um único local, tenham todos os serviços à sua disposição.

Por fim, quero comemorar a instalação do primeiro comitê de defesa da mulher. Quando cheguei a esta casa, cheguei muito ávida, muito esperançosa, com muita vontade de produzir muitas coisas, e fui surpreendida. Efetivamente, nós temos uma legislação muito vasta em torno da defesa da mulher, mas ainda existem brechas, ainda existe espaço para essas publicações, promulgações e para essa produção legislativa.

No meu trabalho de delegada, entendi que existia uma lacuna. Por isso, quando cheguei a esta casa, um dos primeiros projetos pensados foi para a criação dos comitês de defesa da mulher, que, hoje, são uma realidade. Qual é a função desses comitês?

Quando nós falamos, hoje, em conselho tutelar, o Brasil sabe o que são. Você consegue imaginar...

(Soa a campainha.)

DEPUTADA DOUTORA JANE (MDB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Vou concluir, presidente.

Você consegue imaginar o que são os conselhos tutelares e qual é a função deles. Da mesma forma, o desejo do meu coração é que as pessoas tenham essa referência sobre os comitês de defesa da mulher, que estão referenciados no território.

O primeiro inaugurado foi, simbolicamente, na cidade do Itapoã, onde há muitas mulheres vulneráveis e em situação de violência. Eles vão funcionar, inicialmente, nas administrações regionais. Trata-se de um local de referência, com alguns comissários que vão estar à disposição dessas mulheres para fazer a busca ativa; que irão em busca da mulher que, por algum motivo, não tenha registrado a ocorrência policial da violência que sofreu ou que a tenha registrado e tenha desistido do registro. Esses comitês vão estar à disposição da mulher para ligar essa mulher vulnerável ou vítima de violência a toda a rede de proteção que está no território.

O comitê de defesa da mulher será essa referência quando tivermos esses comitês implantados em todo o DF. Esse é o desejo da lei e o desejo do Governo do Distrito Federal. O governador Ibaneis Rocha, por meio da Secretaria da Mulher, na pessoa da secretária Giselle Ferreira, tem feito todo o esforço, assim como a nossa vice-governadora, para que esses comitês já regulamentados sejam implantados.

Já são 7 comitês em via de implantação. Nós esperamos que, até o meio do ano, tenhamos esses 7 comitês. Que possamos implantá-los em todas as RAs e que, efetivamente, sejam um porto seguro para unir a mulher que precisa à rede de proteção que existe.

O mês de março é um mês de celebração da mulher. Sabemos que não temos muito o que celebrar, porque somos o quinto país mais difícil para se nascer mulher, somos o quinto país mais violento do mundo. Entre 193 países, nós somos o quinto país mais violento para mulheres, e Brasília não representa essa realidade.

O mês de março é mês de celebração e de luta em defesa da mulher.

Muito obrigada, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputada Doutora Jane.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Meu presidente, quero só dar os parabéns às professoras e a essa meninada que está aqui. Olhe que coisa linda. Nós estamos dando autógrafa para elas. Estão pegando autógrafa de todo mundo. Isso nos traz alegria. Olhe os rostinhos dessas crianças, presidente.

Parabéns às tias e tios que os estão acompanhando.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Presidente, boa tarde. Boa tarde, CLDF. Boa tarde, especialmente, aos meninos da Ceilândia Norte que estão aqui, a todos os servidores, aos professores, aos concursados, aos Avas e ACS que estão aqui.

Presidente, eu fiz uma apresentação e queria saber se está no ponto para ser exibida.

Eu queria atenção de todos – sei que estamos, aqui, em um momento inusitado na casa. Eu estive, hoje, no Hospital Materno Infantil de Brasília, fui fiscalizar a UTI neonatal: a situação estava pior do que eu imaginava.

(Apresentação de *slides* simultânea à fala do orador.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Ali é o pronto-socorro do HMIB, lotado, lotado.

Há colapso na saúde. Há, hoje, cargos vagos retirados do portal de transparência do Distrito Federal. Quanto aos técnicos em enfermagem, esses são os cargos vagos. Se formos falar de déficit, talvez possa ser até pior. Esses são os cargos que, dentro da pasta, têm espaço para contratação. Faltam hoje cargos vagos. Isso é o que nós temos visto.

A situação da dengue, hoje, é de epidemia; há déficit gigantesco de agente comunitário de saúde e agente de vigilância ambiental, dos quais estamos pedindo nomeação nesta tarde.

Se nós somarmos, são quase 11.759 cargos somente dessas categorias que mencionamos aqui.

Eu queria chamar atenção em relação a UTI. Prestem atenção, que isso aqui é muito sério. UTI neonatal é um espaço para bebês que estão com risco iminente de morte. No nosso CNES, do Ministério da Saúde, nós temos 30 leitos; informados pela chefia, nós temos 35. Hoje, nós tínhamos 39 pacientes na UTI neonatal.

Quando vamos fazer o dimensionamento de pessoal, vemos que deveria haver 8 médicos rotineiros ou assistenciais – só que não havia rotineiros, e só havia 5 médicos.

A situação dos enfermeiros e dos técnicos em enfermagem é pior. Deveria haver 21 técnicos em enfermagem, por exemplo, e hoje só havia 13.

Quando visitamos a UTI, ficamos chocados. Vou passar um vídeo. Há uma ala inteira fechada, com acúmulo de material quebrado por falta de contrato de manutenção. Parecia um depósito de ferro-velho. Se houvesse servidor e equipamento, poderiam ser abertos hoje 10 leitos naquela UTI. Na rede, há mais de 40 crianças na fila de espera por UTI, com leitos de UTI fechados por conta de déficit de servidor e de material!

Fomos chamados no pronto-socorro, porque estava acontecendo uma confusão. Quando eu cheguei, deputado Jorge Vianna, a Globo já estava lá. Ali eu encontrei mães desesperadas! Fiquei lá a manhã inteira para entender. Entramos no pronto-socorro, para entender a situação. No pronto-socorro, que deveria ter em torno de 50 leitos, já havia 84 crianças. Dentro do pronto-socorro, havia 8 crianças, das quais 4 estavam intubadas e 4 estavam com o aparelho de CPAP.

Então, já estava o caos. Os servidores já estavam exaustos e praticamente chorando porque não tinham o que fazer com aquelas crianças.

Pasmem! Havia mulheres com filhos nos braços, vindas de outros hospitais, dizendo que já tinham passado pelo Hospital Regional do Guará, pelo Hospital Regional de Ceilândia, pelo Hospital Regional de Taguatinga e não teriam tido atendimento. Escutaram a mesma coisa no HMIB: “Não há atendimento”.

Peço aos deputados a sensibilidade para ouvir esta apresentação. A saúde não tem lado. O que vou mostrar é rotineiro. Deveria haver 1 enfermeiro para 8 pacientes. Deveria haver 1 técnico em enfermagem para 2 pacientes em UTI. Rotineiramente, há 3 enfermeiros para uma UTI inteira, que tem, em média, 40 pacientes.

Trouxemos esses dados. São reais!

(Apresentação de vídeo.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Não queremos TPD. Queremos servidores na ponta; queremos recurso na saúde, porque não estamos aguentando mais ver pessoas morrerem nas nossas mãos! Estamos adoecendo! A atenção primária não é o eixo norteador.

(Soa a campanha.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Presidente, para terminar, eu queria falar que no centro obstétrico também havia bebês. Há bebês que ficam no centro obstétrico, que não é o lugar, bloqueando...

Gente, no domingo, estava bloqueada até a sala do centro cirúrgico das cesarianas, porque não havia onde colocar os meninos! Centro obstétrico não é lugar para colocar meninos de UTI neonatal, inclusive, com uma sensação térmica de quase 50 graus, porque o ar-condicionado não está funcionando!

Deputado Pastor Daniel de Castro, sabe por que o ar-condicionado não funciona? Porque há um processo de compra na secretaria há anos e ninguém consegue comprar os 2.400 aparelhos de ar-condicionado. Eu não posso comprar com o PDPAS, deputado Pepa, já que há um processo aberto. Os gestores da ponta não têm coragem de falar que precisam disso. Os gestores não querem assinar, porque não há treinamento para a execução do PDPAS. Quero saber qual deputado não teve devolução de PDPAS. Todos nós tivemos! Devolveram quase 2 milhões só do meu!

Para terminar, eu queria falar para V.Exa., deputado Pastor Daniel de Castro – que luta pela saúde também na nossa pasta, na nossa comissão –, que a gestão de leitos, para saber onde há vaga...

Isto é muito sério. Eu recebi mães, hoje, deputado Pastor Daniel de Castro, que pegaram uber, que vieram de ônibus com o filho quase convulsionando de febre e já tinham andado na Ceilândia, no Guará e no HRT. Ninguém avisou a elas que o HMIB também estava com bandeira vermelha! Mães que andaram em 3, 4 hospitais para ouvir a mesma coisa: não há atendimento.

Por que não conseguimos fazer uma referência segura e falar: “Olha, aqui nesse painel...”? Porque só quem tem esse cadastro de gestão de leitos são alguns gestores. Os gestores da ponta têm que ter acesso a esse sistema de leitos para poderem mandar o paciente para onde há atendimento e este não ficar peregrinando na fila! Por isso o gestor tem, realmente, que saber o que está falando.

(Soa a campanha.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Para terminar, presidente, amanhã vou mostrar uma mãe chorando dizendo que a orientação que lhe deram é para ver se há atendimento. Ela está desde ontem, 7 horas da noite, peregrinando nos equipamentos de saúde com uma criança que está sem urinar há 24 horas, com suspeita de dengue. Eu acho que uma criança que está sem urinar há 24 horas é sinal de alarme.

Não adianta abrir as tendas se não há retaguarda e se não há servidores para ir a essas tendas. Não adianta tampar o buraco! Nós somos os mesmos!

Então, de novo, peço a esta casa sensibilidade. Enquanto a Câmara Legislativa não pressionar o GDF para fazer a derrubada dos vetos no Anexo IV e ter um cronograma de nomeação e de investimento na saúde, vamos ver esse caos todos os dias.

Convido a secretária de saúde e o governador a visitarem o local conosco, porque temos, sim, algumas soluções imediatas. É só nos ouvir.

Obrigada, presidente.

(Assume a presidência o deputado Pastor Daniel de Castro.)

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Presidente, nós estamos quase perdendo o quórum, e quem acompanha o Colégio de Líderes – eu acho que já houve 3 reuniões do Colégio de líderes... O deputado Max Maciel e o governo já travaram, com bastante respeito, um diálogo a respeito do Projeto de Lei nº 983/2024, de autoria do Poder Executivo.

Solicito, então, que possamos votar o referido projeto. A CEOF já está a postos para votá-lo e já darmos cabo disso. Esse projeto corrige alguns problemas que envolveram o Refis, que já aconteceu, e equaciona os problemas das taxas da própria Ceasa e de outros locais.

O assunto já foi exaustivamente explicado, e o deputado Max Maciel já se dá por satisfeito em relação a essa questão dos esclarecimentos. Então, seria só esse projeto, porque senão não teremos quórum. A deputada Jaqueline Silva e também o deputado Iolando, que é líder do MDB, estão solicitando que o referido projeto seja apreciado em primeiro turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Nobre deputado, nós estamos no período destinado aos Comunicados de Parlamentares, e há parlamentares para fazerem o uso da palavra.

Então, eu consulto os líderes se há acordo para suspendermos a fala dos parlamentares e procedermos à votação.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, a Minoria defende que siga a ordem das falas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Deputado Robério Negreiros, nós ainda temos inscritos para fazer uso da palavra: deputado Gabriel Magno, deputado Jorge Vianna e deputado Eduardo Pedrosa. V.Exa. concorda em superarmos a fala desses 3 deputados? (Pausa.)

Então, neste momento, concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, senhor presidente; boa tarde a todos e todas no plenário. Boa tarde aos AVAS e aos ACS, que, mais uma vez, lotam estas galerias. Lotam, senhor presidente, para pedirem o óbvio: governador, nomeie imediatamente os ACS e os AVAS desta cidade, porque foi o senhor, governador, que demitiu mil!

A LDO permite a nomeação já, hoje! Há espaço no orçamento, há espaço fiscal! O que impede a nomeação? As pessoas estão morrendo. O Distrito Federal bateu esta semana quase 200 mortos pela dengue. O sistema de saúde colapsou. Vejam o HMIB, que a deputada Dayse Amarílio citou aqui. Isso é uma realidade em toda a rede.

Há uma explicação simples: o Governo do Distrito Federal deixou de investir na saúde, deixou de nomear servidor e deixou de cuidar dos equipamentos. Esse é o caos que nós estamos vivendo!

Então, eu quero me somar, mais uma vez, a esses trabalhadores e parabenizá-los pela luta deles, que estão aqui desde o ano passado, e o governador parece que ainda não acordou.

Senhor presidente, é impressionante alguns discursos feitos aqui. Então, eu não poderia deixar de falar de como a extrema-direita inverte as realidades, os fatos, a própria verdade; ataca e acusa com aquilo que eles mesmos fazem.

Foram 6 anos, 6 anos para uma pergunta ser respondida: quem mandou matar Marielle Franco? Seis anos, senhor presidente! Vejam só, não é coincidência. Durante boa parte desses 6 anos...

Neste final de semana, provaram a trama criminoso construída no estado do Rio de Janeiro. O diretor-geral da Polícia Civil não só impediu a investigação como também foi um dos autores do crime. Solidarizo-me com os companheiros do PSOL. A extrema-direita tentou criminalizar a esquerda neste país. A investigação mostra o absurdo: infiltração, relação com a milícia.

Ficam várias perguntas: por que demorou tanto? Por que o ex-ministro da justiça do presidente inelegível, Bolsonaro, travou as investigações? Bolsonaro chegou a dizer: Moro, você tem 27 superintendências; eu quero 1, a da Polícia Federal do Rio de Janeiro. Qual a relação do candidato a vice-presidente na chapa do Bolsonaro, Braga Netto, com tudo isso, pois indicou o diretor da Polícia Civil, mandante do crime, que não só impediu o avanço da investigação como também teve a cara de pau de falar com a família da Marielle.

O que nós vimos é um negócio absurdo, revoltante; uma trama de filme da milícia, de uma organização criminoso que se apropriou das instituições do Estado.

Senhor presidente, semana passada realizamos este debate, que é fundamental: como 1 mau policial, 1 só, é capaz de fazer um grande estrago na vida das pessoas, nas instituições e na própria democracia.

Eu tenho certeza de que a maioria dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro não concordam com a trama criminoso que se apoderou das instituições. Ano passado houve um debate aqui sobre isso. Tenho certeza de que a maioria dos policiais militares e civis do Distrito Federal não concordam com os poucos maus policiais que tomaram conta da corporação e tramaram um golpe de Estado. Como 1 mau policial faz tão mal e se torna tão grave para a democracia e para a própria vida.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, para concluir, eu quero falar sobre a notícia do final de semana: o desespero tomou conta do clã Bolsonaro. Fugão, covarde e golpista. Esses são os adjetivos que marcarão a história nesta semana tão importante para a democracia brasileira: 60 anos do golpe militar, da ditadura militar sangrenta. É preciso que este país dê uma resposta à sociedade. Não vai haver anistia para os

golpistas, não vai haver anistia para aqueles que atentaram contra o Estado democrático e contra a vida de vários. Bolsonaro está desesperado.

A extrema-direita passou o final de semana com *fake news*, porque sabe que o cerco está fechando, que a hora está chegando e que, daqui a pouco, Bolsonaro vai escutar, deputado Jorge Vianna, aquele som que ninguém quer escutar às 6 horas da manhã: toc-toc-toc. Está chegando a Polícia Federal. Está chegando a hora de Bolsonaro e de todos aqueles que atentaram contra a democracia pagarem pelo crime que cometeram.

Para terminar, eu só vou fazer uma denúncia que chegou ao nosso gabinete, hoje, na Comissão de Educação e Saúde e Cultura, sobre a Secretaria de Educação. Professores em contrato temporário, que já são maioria nas escolas, mais uma vez receberam seus contracheques errados. Além de não nomearem os professores, de deixarem estudantes sem aula, ainda estão pagando errado os professores em contrato temporário!

Não é possível. Há mais de um mês que o ano letivo começou. Eu faço um apelo para que a Secretaria de Educação corrija, urgentemente, o salário dos professores em contrato temporário, que, infelizmente, são maioria na rede pública de ensino. O contracheque foi disponibilizado nesta semana e, mais uma vez, o salário está errado.

Fica aqui o nosso apelo, presidente. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Esta presidência informa que há um pedido do líder do governo, deputado Robério Negreiros, para votarmos um projeto. Portanto, peço a V.Exas. que não saiam do plenário, vamos dar quórum para apreciarmos o projeto.

DEPUTADO ROOSEVELT – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Eu me comprometo a ser objetivo, mas não poderia deixar de me pronunciar quando eu vejo o colega da esquerda ter a coragem de citar o nome do nosso ex-presidente Jair Bolsonaro.

Temos vários fatos que corroboram que a esquerda é uma fábrica de construção de narrativas. Primeiro, foi a questão da Marielle. Acusaram a família Bolsonaro de toda forma, deputado Thiago Manzoni. Agora, descobrem-se os mandantes do assassinato de Marielle e, infelizmente ou felizmente, a foto que circula dos assassinos, dos mandantes, é justamente com a estampa da grande líder da esquerda, Dilma Rousseff. Então, isso mostra que a esquerda é, sim, uma fábrica de narrativas.

A outra, que chega a ser uma grande comédia, é o discurso sobre o mobiliário do Palácio do Alvorada. Falaram que o presidente Jair Bolsonaro levou a mobília, fizeram todo um escândalo para justificar a compra de móveis de luxo sem licitação, à revelia do povo mais pobre, do povo que sofre. Agora, encontram todo o mobiliário e ainda têm a cara de pau de dizer que Bolsonaro foi na madrugada fazer a devolução da mobília.

É bem capaz que Bolsonaro tenha ido na madrugada devolver a mobília, porque quem reside na casa hoje, deputado Jorge Vianna, não para lá. Fica só viajando o mundo inteiro com sua primeira-dama, a Janja. Trata-se de um desrespeito e uma afronta ao povo brasileiro, que, segundo o próprio discurso do atual presidente, é um povo que sofre, é um povo que padece. Ele chegou à cadeira com a promessa de resolver a vida do povo mais sofrido deste país, mas o que estamos vendo são sofás e mobílias de luxo, viagens extravagantes, com uma fortuna gasta com representações no exterior.

Obrigado, presidente.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, apresentamos um bloco de moções em comemoração ao aniversário da Ceilândia. Eu gostaria que ele fosse lido e votássemos ainda hoje esse bloco de moções, por gentileza.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Acato a solicitação de V.Exa., faremos isso logo após a fala do deputado Jorge Vianna.

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa

tarde, senhoras e senhores parlamentares, servidores da casa e pessoal da imprensa. Um boa-tarde especial aos nossos colegas agentes comunitários de saúde e aos agentes de vigilância ambiental. Sejam bem-vindos, mais uma vez! Sei da luta de vocês e acompanho diariamente a comissão. Sei da responsabilidade do papel de vocês nesse processo de combate a endemias, a arboviroses. Além disso, vocês também ajudam nossos colegas na atenção primária de saúde.

Eu sempre digo que os ACS são os olhos da saúde. Vocês olham, veem e nos trazem essas informações. Os Avas são os responsáveis por esse combate e por essa prevenção – coisa que não foi feita, isso é fato. Mas eu digo que não é só em Brasília, mas no Brasil inteiro. Não custa lembrar que essa epidemia está no Brasil inteiro e que houve muita negligência do governo federal. Na minha humilde opinião, a ministra da saúde não deveria estar mais no cargo. Não só por esse motivo, mas por tantos outros motivos que estamos vendo acontecer Brasil afora.

O Ministério da Saúde tem o dever de não só fazer a política internacional, mas também de fiscalizar e de ficar de olho nos municípios e nos estados, porque é de lá que parte o dinheiro. É de lá que parte o recurso do Fundo de Saúde. Se o ministério manda dinheiro para as secretarias municipais e estaduais de saúde, ele deve fiscalizar e saber o que está acontecendo. Então, foi um apagão que houve na saúde do Brasil. É por isso que temos esse tanto de números de doentes com relação à dengue.

Aqui em Brasília não foi diferente! Infelizmente não foi por falta de alerta. Nós estamos tendo uma epidemia muito maior, com o maior número de mortes, o que é uma vergonha nacional, porque temos, em tese, um quadradinho muito pequeno e de fácil controle. Mas, infelizmente, tivemos as demissões dos mais de mil profissionais, não só dos ACS, mas também dos agentes comunitários de saúde, o que dificultou a situação no momento mais crítico, que é o momento de transição dos ovos.

Iriam começar as chuvas, e obviamente os ovos iriam eclodir. Todos nós sabemos disso, mas, infelizmente, a prevenção não aconteceu talvez por excesso de confiança da secretária de saúde em achar que tudo estava controlado. Por que tínhamos, então, 500 Avas fazendo o trabalho, acharam que poderia não acontecer.

Mas não podemos achar. O achismo não existe na saúde. O achismo pode ser encontrado em qualquer outra profissão, menos na saúde, porque sabemos o que pode acontecer.

É uma vergonha nacional – e eu diria até internacional – saber que na capital federal 200 pessoas estão morrendo por causa de um mosquito. Isso é uma vergonha não só para a secretaria e para o governo, mas também para nós cidadãos e cidadãs. Essa luta não é só do governo, essa luta é nossa e é diária. É impossível haver agentes suficientes para combater tanta irresponsabilidade, tanta falta de vergonha do cidadão brasileiro que deixa o lixo jogado nas ruas, que deixa a água parada. Mesmo que ele saiba que esse problema é histórico, que essa luta é histórica – mesmo assim! –, ele não faz o seu dever de casa. Esse papel não é só do governo, mas também da população. Podem contar comigo nessa luta. Sempre faço minhas críticas construtivas ao governo.

Por falar em crítica, faço uma a esta casa porque nós temos emendas elaboradas, trabalhadas, pelas quais os trabalhadores suaram e lutaram, junto com seus deputados e representantes, que foram vetadas pelo governo, e até hoje nós não apreciamos esses vetos. Está na hora de apreciarmos todos os vetos que nós recebemos do governo com relação não só a salários, mas também a contratações e a tantos outros assuntos.

Eu sempre digo que um projeto feito nesta casa é como se fosse um filho: é proposto, é gerado, é feito – para depois ser morto pelo governo? Isso não é justo, ainda mais conosco, os deputados que somos amigos do governo e que trabalhamos em prol da comunidade e da sociedade do Distrito Federal. Não é justo com os deputados que, a todo momento, estão aqui servindo de colaboradores para o governo. Isso não tem sentido. Nós somos uma base coerente que está sempre disposta a ajudar o governo, e, no momento em que precisamos ajudar os nossos trabalhadores e representados, nós recebemos uma negação ou até mesmo somos feitos de bobos, que é como nos sentimos, às vezes, nesta casa.

Agora o líder do governo está pedindo para votarmos o projeto do governo. Nós fazemos todas as ações, deixamos de fazer um monte de coisas, para...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO JORGE VIANNA – E, na hora em que precisamos, parece que o governo nos vira as costas. É uma crítica que eu faço. Eu estou sendo bastante crítico. Que me perdoem meus colegas da base do governo e até o próprio governo, mas eu não vou ficar calado. Eu sempre digo uma coisa: eu

sou aliado, mas eu não sou alienado.

Presidente, para finalizar, eu quero chamar a atenção dos empresários da iniciativa privada de saúde por causa da covardia que eles fizeram com os profissionais enfermeiros. Os técnicos de enfermagem conseguiram fazer uma negociação coletiva em relação ao piso da enfermagem, que foi dividido em 3 parcelas. Ainda que contrariássemos a vontade de muitos, pelo menos conseguimos dividir em 3 parcelas, das quais a terceira será paga em dezembro, com o valor integral do piso. Decidiu-se que a primeira parcela seria paga em janeiro; a segunda, em julho; e a terceira, em dezembro. Mas eles não fizeram a mesma coisa com os enfermeiros. Eles dividiram apenas em 2 parcelas: a primeira para março e a segunda para julho. Quanto à última parcela – que totalizaria o piso de 4.750 –, eles vão voltar a negociar em agosto. Aí é que se vai saber como vai ser essa negociação.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO JORGE VIANNA – Pode ser que eles negociem mais 1, 2, 3 ou quantas vezes quiserem. Isso é um absurdo porque a lei é da enfermagem, e não do enfermeiro ou do técnico. Se o sindicato dos patrões negociou um acordo com os técnicos de enfermagem nesses moldes, deveria ter feito a mesma coisa com os enfermeiros. Mas não fizeram porque se aproveitaram da decisão do STF, outra entidade que foi muito covarde com a enfermagem, porque fez alterações e criou uma lei Frankenstein. Na verdade, criou outro piso. Tiveram a capacidade de dizer o seguinte: “Como o Brasil é grande, cada estado vai definir o seu piso”. Ora, se a lei fala que existe piso, por que cada estado agora vai ter um valor? Pois o STF sacramentou isso esta semana, dizendo: “Cada estado negocia o seu piso”.

Com essa decisão, o sindicato dos patrões aqui em Brasília se sentiu assim: “Agora quem manda sou eu, agora eu vou fazer do jeito que eu quero”. Isso aconteceu não só em Brasília, mas no Brasil inteiro. Agora os sindicatos estão tendo que correr atrás e brigar.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO JORGE VIANNA – Infelizmente, essa é a realidade da enfermagem brasileira e de Brasília. Nós não podemos aceitar isso.

Além de tudo, presidente, o senhor que é advogado sabe muito bem que a carga horária para o trabalhador é de 44 horas semanais, mas os empresários aqui em Brasília estão dizendo que os trabalhadores da enfermagem têm que trabalhar 220 horas mensais. Se você dividir 220 horas mensais por semana, por 44, dá 5, ou seja, 220 horas são para 5 semanas. Em qual mês existem 5 semanas? Eu não conheço. Nenhum mês tem 5 semanas. São 4 semanas e meia ou 4 semanas e 2 ou 3 dias. Isso dá 42 horas semanais.

Eles estão usando o piso para 220 horas e diminuindo proporcionalmente para a carga horária que o trabalhador cumpre, que está sendo de 160 horas. Estão pagando bem menos. Isso é um absurdo! A deputada Dayse Amarílio conhece muito bem essa realidade e também está lutando para que isso mude, mas parece que nossas vozes não estão sendo ouvidas.

Se o sindicato dos patrões não reconhece a realidade, então vamos para a rua, vamos para a justiça. E vamos ficar falando disso aqui, enchendo o saco todas as vezes que quisermos falar sobre o tema.

Perdoem-me os colegas que estão a toda hora ouvindo sobre o piso.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO JORGE VIANNA – É que isso não foi resolvido ainda. Esse piso da enfermagem se tornou *fake* por conta do STF.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, deputado Jorge Vianna.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Deputado, temos duas inscrições para uso da palavra. Ainda temos de ouvir o deputado Eduardo Pedrosa e temos de votar.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu só queria

pedir algo aos parlamentares, já que está difícil manter o quórum de hoje e já que teremos o feriado. Faço este pedido que também é da deputada Jaqueline Silva. O governo também pediu isto ao Colégio de líderes. Ele respeitou o pedido do deputado Max Maciel, da oposição, e deu todas as informações, fez tudo em relação às dúvidas sobre o projeto relativo à LDO. Portanto, peço que votemos esse projeto, porque dificilmente teremos quórum amanhã. Respeitando o direito dos parlamentares, presidente, peço para superarmos este momento.

O deputado Thiago Manzoni precisa sair e mais 2 deputados possuem outros compromissos. O presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, já está preparado. Parece que foi feito um substitutivo que aglutina emendas dos parlamentares. Há uma emenda da Mesa Diretora de interesse da casa, e vamos aproveitar para votá-la. A deputada Jaqueline Silva vem pedindo isso há bastante tempo porque há também um clamor para resolver um problema da Ceasa que envolve a questão do Refis.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Deputado, estamos apenas seguindo as inscrições dos deputados. Para não cercear o direito de ninguém, é preciso os deputados abrirem mão de suas falas.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – O expediente lido vai a publicação.

Eu vou na mesma toada do presidente, deputado Wellington Luiz. Há 2 solicitações de uso da palavra e ainda a fala do deputado Eduardo Pedrosa para entrarmos em votação. Então, peço aos nobres parlamentares que sejam bem sucintos.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu queria, primeiro, fazer um registro importante e lamentável. Neste momento, a Câmara dos Deputados adiou a votação da apreciação da prisão do deputado federal Brazão, que é acusado de ser o mandante do assassinato de Marielle Franco e de Anderson. Neste momento, foi feito esse adiamento a pedido do deputado federal Gilson Marques, do Novo de Santa Catarina, acompanhado por outros deputados federais.

Eu lamento muito que isso tenha acontecido. Sabemos que esse tipo de prisão tem prazo para que seja apreciado. Nós, que estamos há 6 anos lutando por justiça, lamentamos que, neste momento, isso esteja acontecendo no Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados.

Eu quero repudiar esse pedido de vista de algo que, neste momento, é importante. Foi uma prisão fundamentada, com sigilos retirados, com uma delação premiada apresentada e com provas contundentes apresentadas que corroboram que esse deputado federal e outros vagabundos mandaram matar Marielle Franco no Rio de Janeiro. É lamentável que isso esteja acontecendo neste momento, na Câmara dos Deputados.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, só quero responder ao deputado que me antecedeu, e aqui prestar toda a solidariedade à ministra da Saúde, Nísia, que, inclusive, tem sido vítima de muitos ataques organizados de um setor da política brasileira.

Quero falar sobre a questão da dengue e dos dados. Tentar responsabilizar, agora, o governo federal, é distorcer a realidade. Vamos aos números: em 2012, presidente, o orçamento da saúde do DF foi de 8 bilhões de reais: metade do Tesouro e metade do Fundo Constitucional. No ano passado, em 2023, o orçamento da saúde foi de 10,2 bilhões de reais – olhem só: 6 bilhões do Fundo Constitucional e 3 do Tesouro. Isso significa que o GDF parou de investir na saúde, e o orçamento cresce porque cresce o repasse federal do Fundo Constitucional.

Aqui mora o grande problema da saúde pública do Distrito Federal, com despesas executadas em vigilância epidemiológica: em 2013, 52 milhões de reais; no ano passado, apenas 29 milhões de reais – a metade. O GDF parou de investir na saúde, e, por isso, nós estamos vivendo o caos, que não é o mesmo no Brasil. O DF tem o maior número de casos do Brasil: 2 vezes mais que o segundo colocado, Minas Gerais, e 3 vezes mais que o terceiro colocado, Acre, e é responsável, sozinho, por

mais de 20% das mortes do país inteiro.

Então, não me venha agora com o papo de que o que está acontecendo no Distrito Federal é a mesma coisa que acontece no resto do país. O que acontece aqui é fruto do desgoverno e da falta de gestão do governo Ibaneis.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Obrigado, deputado.

O último inscrito é o deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, em relação à fala do deputado Gabriel Magno, até como representante do governo, eu peço vênia, mas não concordo com a fala de V.Exa., até mesmo porque quanto à questão de verba federal, quem está enrolado é o governo federal. Até o PAC está enrolado, e não vemos melhoria em cidade nenhuma em relação a isso.

Não queira culpar o Distrito Federal porque ter o recurso federal no sistema... A burocracia do governo federal tem feito... Não adianta ter o recurso e o recurso não chegar aqui em função da burocracia do governo federal. O maior exemplo é o PAC, que ressuscitaram aí de governos passados, de governos do PT, e não tem resolvido absolutamente nada. Então, discordo da fala de V.Exa., com muito respeito em relação a isso. Falar é fácil. O governo, mesmo sem esses recursos federais, tem feito muito aqui na questão da saúde, e o Ibaneis é muito prático: se houver problema, independentemente de quem seja ou de quem esteja na pasta, ele pega, troca e tenta melhorar, como já foi feito, substituindo subsecretários. Ele tem feito isso na saúde, que é um problema que aflige desde quando o Distrito Federal era uma prefeitura nomeada pelo governo federal.

Era isso, presidente.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, deputado Robério Negreiros.

Concedo a palavra ao último inscrito, deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, em primeiro lugar, desejo uma boa tarde a todos. Eu até abriria a mão da minha fala, mas vou ser bem breve, porque muitos aqui usam a questão de ordem para ficar falando, e eu, muitas vezes, espero a minha vez para falar daqui do púlpito, mas eu quero ser bem objetivo porque eu quero fazer um agradecimento coletivo, em primeiro lugar.

Eu tive a oportunidade, na semana passada, como presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas com Síndrome de Down aqui no Distrito Federal, de ser convidado e estar presente na ONU – Organização das Nações Unidas, falando um pouco sobre aquilo que temos feito no Distrito Federal nessa pauta.

Eu conversei com o governador e trago uma notícia, que eu acho que é uma notícia muito importante para essa população aqui no Distrito Federal. Conseguimos a permanência do Cris Down, que é um centro de referência que hoje existe próximo ao HRAN, naquela localidade, e a revitalização daquele espaço; e, neste momento, conseguimos o aval do governo para que seja feita a institucionalização do Cris Down no Distrito Federal, ou seja, pode passar o governo que for por aqui que não acabaremos com esse tipo de serviço prestado à nossa população.

Essa é uma notícia que traz segurança para os servidores que lá trabalham e traz segurança para aquelas pessoas que lá são atendidas, quase 3 mil pessoas. É um serviço que realmente é de excelência e que podemos levar para o mundo.

Conversando na ONU, falando um pouquinho sobre isso, as pessoas ficavam encantadas sabendo que estamos trabalhando nessa pauta aqui e que temos conseguido avançar nesse sentido. Então, eu queria deixar esse recado, parabenizando os deputados e agradecendo a todos eles porque, se não fosse o trabalho da Câmara Legislativa, com todos falando, com todos defendendo junto conosco essa pauta, não conseguiríamos essa conquista tão importante para essa população que depende muito do acompanhamento e dos cuidados do Estado.

Por fim, eu quero só citar uma matéria que eu vi no jornal esses dias, falando sobre a saúde mental dos policiais civis, mas eu quero aproveitar e falar sobre todas as forças de segurança. Muitas

vezes, pensamos que o policial é aquele super-herói, aquela pessoa que está numa armadura, mas essas pessoas têm família, têm vida e também são submetidas a pressões diárias extremamente pesadas. Então, é muito importante, sempre que tenhamos a oportunidade, trabalhar por algo ou falar da necessidade de defendermos políticas mais efetivas de cuidado da saúde mental das nossas forças de segurança. Com uma força de segurança bem cuidada, sendo atendida a saúde mental dela, nós, com certeza, estaremos garantindo para a nossa população uma segurança mais estável, em equilíbrio; nós estaremos cuidando da nossa população de maneira indireta. Então, é fundamental que tenhamos essa visão.

Eu não queria perder a oportunidade de falar sobre isso, porque esse é um assunto que está em voga. Eu gostaria que todos os deputados levassem consigo esse cuidado, essa atenção a essas pessoas que estão na linha de frente, que, muitas vezes, estão saindo de suas casas para defender a nossa população, que estão colocando a sua vida em risco para defender o próximo. Elas precisam que haja pessoas que olhem por elas também. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa. Estão encerrados os Comunicados Parlamentares.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Pergunto aos líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos 215 vetos da Ordem do Dia e votar as demais proposições das sessões ordinária e extraordinária. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, passamos à apreciação dos itens.

Item nº 220:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 983/2024, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. Foram apresentadas 6 emendas de plenário. A CEOF deverá se manifestar sobre o projeto e as emendas.

Vou retificar aqui. Atualizando, foram apresentadas 8 emendas. A CEOF deverá se manifestar.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da CEOF ao Projeto de Lei nº 983/2024, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências”.

Senhor presidente, no final, foram 9 emendas.

A proposição visa a ajustar os anexos II e XI da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 para revisar a projeção da receita e a previsão de renúncia para o exercício de 2024, em razão de proposta de alteração do Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal, bem como outros temas relativos a renúncia fiscal, especificamente a proposta de isenção de cobrança de IPTU e TLP das centrais de abastecimento do Distrito Federal.

Acolhendo solicitação da Secretaria de Economia, por meio do Ofício nº 328/2024 daquela secretaria, apresentamos emendas visando à alteração dos anexos desse projeto de lei para correção de projeções da renúncia de receita e outros.

No âmbito desta comissão, manifestamos voto pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 983/2024, com acatamento das Emendas nºs 1, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 e rejeição da Emenda nº 2, a pedido do autor. A Emenda nº 3 foi cancelada.

É o parecer, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 983/2024 em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Nos termos do art. 120 do Regimento Interno, em atendimento ao Requerimento nº 1.099/2024, convoco as senhoras e os senhores deputados para a sessão extraordinária de hoje, com início imediato após esta sessão ordinária, para discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 83/2024, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências", e demais itens acordados em sessão ordinária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 17h18min.)

Observação: nestas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais foram reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização deste evento.

Siglas com ocorrência neste evento:

ACS – Agente Comunitário de Saúde
ACS – Agente Comunitário de Saúde
Arie – Área de Relevante Interesse Ecológico.
Avas – Agente de Vigilância Ambiental em Saúde
Caic – Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
CBN – Central Brasileira de Notícias
CCJ (Câmara dos Deputados) – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
Ceasa-DF – Centrais de Abastecimento do Distrito Federal
CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal
CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CPAP – em português, Pressão Positiva Contínua nas Vias Aéreas
Cris Down – Centro de Referência Interdisciplinar em Síndrome de Down
DER – Departamento de Estradas de Rodagem
Elegis – Escola do Legislativo
FGE – Função Gratificada Escolar
HMIB – Hospital Materno Infantil de Brasília
HRAN – Hospital Regional da Asa Norte
HRT – Hospital Regional de Taguatinga
IPTU – Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PDPAS – Programa de Descentralização Progressiva de Ações de Saúde
PIB – Produto Interno Bruto
PT – Partido dos Trabalhadores
RA – Região Administrativa
Refis-DF – Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal

Ata Circunstanciada da 22ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 22ª (VIGÉSIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA, DE 27 DE MARÇO DE 2024.

INÍCIO ÀS 15H01MIN

TÉRMINO ÀS 15H56MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Está aberta a sessão ordinária de quarta-feira, 27 de março de 2024, às 15 horas e 1 minuto.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o deputado Max Maciel a secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, as seguintes atas de sessões anteriores:

– Ata sucinta da 21ª Sessão Ordinária;

– Ata sucinta da 12ª Sessão Extraordinária.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovadas sem observações as atas mencionadas.

Constata-se que não há em plenário o quórum necessário para o início da sessão. De acordo com o art. 109, § 4º, do Regimento Interno, esta presidência vai aguardar 30 minutos para que o quórum se complete.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h06min, a sessão é reaberta às 15h13min.)

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Está reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de líderes.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu trago a esta tribuna 2 assuntos.

Primeiro quero registrar como o Brasil mudou, deputado Chico Vigilante. O governo Lula iniciou ontem um programa enorme no ensino médio nas escolas públicas deste país. Começou ontem, presidente deputado Ricardo Vale, o pagamento do pé-de-meia. Serão 200 reais pagos ao estudante que frequentar a escola, para combater a evasão, para melhorar as condições de vida das famílias brasileiras, para dar autonomia à juventude, inclusive, para ela começar a se organizar. O estudante recebe 200 reais ao se matricular na escola e mais 200 reais todos os meses para garantir a sua frequência. E, ao final de cada ano, ele receberá mais mil reais, que serão depositados numa conta-poupança e que poderão ser retirados ao concluir o ensino médio.

Ontem, no Distrito Federal, 24 mil jovens estudantes começaram a receber o pix do Lula e do governo federal na conta da Caixa Econômica Federal. É uma transformação na educação. É o governo federal dizendo, de novo, que a educação pública e a juventude deste país voltam a ser prioridade. O período e o tempo do abandono passaram. Quero registrar e comemorar esse fato, presidente. Que possamos ampliar esse programa. Seria muito importante que a Secretaria de Educação o complementasse e fizesse mais programas, mas não faz. Nós temos visto que essa não é a prioridade do Governo do Distrito Federal.

Eu parabenizo o ministro Camilo, da educação, e o presidente Lula.

Presidente, eu não poderia deixar de responder às mentiras que agora o Governador Ibaneis começa a contar. Hoje ocorreu no Palácio do Buriti a sessão da assinatura do projeto de lei, votado nesta casa, a respeito da reestruturação da carreira dos servidores da assistência social.

O Governador Ibaneis disse que no governo dele acabou o tempo da desorganização e da falta de trato com a coisa pública que havia no governo do PT, deputado Chico Vigilante. Eu vou lembrar ao Governador Ibaneis qual é o governo que é desorganizado e qual não tem trato com a coisa pública. Parece que ele se esqueceu de que foi no governo dele que secretário de saúde foi preso, que presidente do Iges foi preso, porque houve desvio de EPI no meio da pandemia. Ele se esqueceu de que é no governo dele que há denúncia de corrupção em todas as áreas. Agora, aluguel de amigos para variadas secretarias...

Foi no governo dele, presidente, que foi perdoada uma dívida de 300 milhões de reais com os empresários do transporte. Cadê o trato com a coisa pública? Cadê a organização? É no governo dele que estamos tendo o maior número de mortes da história por dengue. E no governo dele foram demitidos mil ACS e Avas. É no governo do Ibaneis que as salas de aula estão superlotadas, que não há professor nas escolas. É no governo dele que há fila no Cras. Parece que o governador se esqueceu de que pessoas estavam morrendo no ano passado na fila do Cras porque não conseguiam ser atendidas para fazer o cadastro único. Foi no governo dele que aumentou o número da população em situação de rua. Diferentemente do que foi anunciado hoje pelo governo Lula, a respeito dos menores índices, de novo, de desemprego no Brasil, o DF está na contramão. É aqui que aumenta a desigualdade. É no governo do Ibaneis.

Nós nunca vimos na história desta cidade tanta falta de organização e falta de trato e cuidado com a coisa pública como no governo Ibaneis. Em tudo o que o governador coloca a mão há descaso com a coisa pública, denúncia.

(Soa campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – São despesas feitas sem assinaturas e contratos. O Tribunal de Contas, inclusive, tem dito isso e colocado nas contas do governo as ressalvas do perigo que está acontecendo nesta cidade com o próprio orçamento.

Governador, na época do governo do PT foram feitos os últimos planos de carreira e de reestruturação de carreira desta cidade. Em 2013, presidente Ricardo Vale, foi dado um calote, inclusive, nos servidores públicos. Alguns sindicatos estão ganhando na justiça e o governador tem que pagar.

O governo do PT foi o responsável pelas últimas grandes nomeações em todas as secretarias. Então, descaso com a coisa pública, descaso com o serviço público, descaso com esta cidade quem tem é o governo Ibaneis. É só andarmos pela cidade para vermos que ela parou. As obras milionárias superfaturadas – várias delas sendo investigadas pelo Ministério Público –, na primeira chuva, dissolveram-se.

Então, eu não poderia deixar de dar essa resposta, senhor presidente, para a cidade. É preciso que voltemos a ter de fato, sim, um governo preocupado com os servidores, com a coisa pública e com o bem-estar da população. O governo Ibaneis está vendendo esta cidade, está transformando o Distrito Federal em um balcão de negócios dele e dos seus amigos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu nunca falo de religião nesta tribuna, mas hoje eu me senti no dever de falar.

Ontem, eu e alguns deputados, inclusive o deputado Ricardo Vale e o deputado Wellington

Luiz, fomos convidados para participar de uma missa na Procuradoria-Geral do Distrito Federal. O convite foi feito pelo procurador Georges – não é isso? Nós estivemos lá. Essa missa foi celebrada pelo cardeal arcebispo de Brasília, dom Paulo Cezar Costa, que nasceu em Valença, no Estado do Rio de Janeiro, em 1967.

Por que resolvi, deputado Ricardo Vale – e V.Exa. estava lá –, falar hoje de religião? Porque me tocou profundamente a mensagem, na hora da homilia, que ele transmitiu para todos que estavam ali e para aqueles que estavam assistindo à missa por meio das redes sociais. Ele tratou da questão do Estado laico e explicou o que é isso. Ele falou que Estado laico – e eu concordo com ele – é aquele onde todas as religiões podem ser professadas, praticadas sem nenhuma intervenção do Estado, onde as pessoas têm liberdade de praticar a sua religião. Ele disse que o Estado laico é diferente do Estado ateu. No Estado laico, há todas as religiões, inclusive há a liberdade para o ateu também praticar o ateísmo.

Eu achei o que foi falado pelo arcebispo muito profundo, principalmente na semana em que nós estamos: a Semana Santa. Isso tem de tocar profundamente a todos nós. Eu já tinha assistido também no domingo, lá na minha paróquia, a Paróquia Nossa Senhora Mãe da Divina Providência, no P Sul, ao padre Everaldo, durante a missa, também pregar que está na hora de acabar com essa disputa entre evangélicos, católicos e, acima de tudo, com a disputa política. Dizia o Padre Everaldo: “Nós precisamos de paz”. Precisamos que todo mundo esteja unido na construção de um país com igualdade para todos. Ontem, essas palavras de dom Paulo, a quem eu passo a admirar ainda mais, tocaram-me profundamente, porque eu pude ouvir de um homem com a autoridade que ele tem, efetivamente, o que é o Estado laico. Achei isso de uma importância fundamental, de uma importância realmente muito grande.

Dito isso, presidente, eu quero voltar a um assunto que eu tenho levantado aqui desta tribuna constantemente. Quero falar mais uma vez sobre a questão do transporte coletivo do Distrito Federal. Nós continuamos com os ônibus abarrotados. Continuamos, nós todos, inclusive os que não andam de ônibus, bancando esse sistema de transporte. Olhem o preço que pagamos pelas passagens! Há um contrato que foi assinado e há empresas que não o cumpriram.

Nós vamos promover, no próximo dia 11, uma comissão geral nesta casa. Nós chamamos o secretário de transporte, que já está confirmado, as 5 empresas, os usuários e o Sindicato dos Rodoviários para que possamos discutir com profundidade essa questão do sistema público de transporte do Distrito Federal e chegar a um entendimento.

Por último, utilizo esse minuto que me resta para falar de uma homenagem muito bonita que foi realizada nesta casa no dia de ontem, que foi a sessão solene em homenagem à TV e ao Portal Brasil 247, que é hoje um dos portais mais respeitados no Brasil.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – O portal Brasil 247 tem 30 milhões de visualizações da página por mês. A TV Brasil 247 já tem 1 milhão e 300 mil pessoas inscritas. Ali estão os nomes dos maiores jornalistas do Brasil. Estão Joaquim de Carvalho, Tereza Cruvinel, o Attuch, que foi o idealizador. Uma série de outros grandes jornalistas também estão no Brasil 247. O Brasil 247 completou 13 anos e, em uma sessão solene realizada, de iniciativa do deputado Gabriel Magno, nós pudemos, no dia de ontem, homenagear o Brasil 247.

Eu participei do evento no dia de ontem. Estava aqui o ex-governador da Paraíba, o Ricardo; estavam grandes jornalistas e estava o povo do Distrito Federal a homenagear o Brasil 247 pela importância que ele tem. Portanto, vida longa ao Brasil 247. Parabéns ao Attuch pela iniciativa! Quero dizer que o Brasil 247 é, efetivamente, um portal que está ajudando a mudar os rumos deste país e ajudando a imprensa a efetivamente divulgar a verdade. Quem não acessou ainda, acesse o Brasil 247, pela importância que ele tem!

Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, o deputado Chico Vigilante pediu que eu ficasse, porque ele iria falar sobre religião, e eu resolvi ficar. Não é uma questão de afronta: ele fala que não fala de religião, mas, vira e mexe, o deputado Chico Vigilante fala algumas coisas que são bastante interessantes.

Mesmo ele sendo deputado de esquerda, ele é cristão. Eu tenho a mania de acompanhá-lo, vejo quando o senhor vai às missas. Eu acho isso uma coisa muito bacana. Mas eu já vou em um espectro diferente: eu sou pastor e eu falo muito de Bíblia e de religião aqui na casa. Prestei atenção no discurso de V.Exa. e confesso que fiquei extremamente feliz pela sua fala, deputado Chico Vigilante.

Desta tribuna eu tenho tentado reverberar algo, como fiz na reunião de líderes, ao inquirir o presidente do BRB, o Paulo: quando se fala na questão evangélica, principalmente, o Estado nada pode, pelo princípio da sua laicidade. E eu tenho dito aqui: ser laico não é dizer que não tem religião, até porque o Estado realmente não a tem. Mas a laicidade aponta para ter todas as religiões, exatamente como o senhor citou nesta tribuna. Significa que o Estado tem que estender a mão para todas as religiões, seja evangélica, seja católica, seja espírita, seja de matriz africana, seja o que for. O Estado tem que estar presente.

Há muitas coisas que o Estado não consegue fazer e que todas essas religiões que eu citei fazem, principalmente no quesito social. E nós, quando queremos ajudar algum programa religioso, que tenha pecha de religião, não podemos. Eles não podem nem receber uma emenda, porque aí vão falar que o Estado é laico. E não é! (*sic*) O Estado não é ateu. O Estado apadrinha e cuida de todas as religiões e, como bem falou V.Exa., até do ateu. Ele tem que ter esse sentimento. Então, fico feliz que o nosso arcebispo tenha essa visão extremamente correta.

Fico feliz de V.Exa. se associar a isso, porque aqui podemos defender que todos são iguais e que todos merecem o respeito desta casa e até mesmo a ajuda desta casa para que essas instituições possam continuar fazendo o seu trabalho, o qual elas fazem principalmente nas comunidades mais carentes e na periferia do Distrito Federal.

Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (Bloco PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, senhor presidente, deputado Ricardo Vale; boa tarde, todos e todas que nos acompanham do plenário, da galeria e pela TV Câmara Distrital.

Antes de iniciar minha fala, quero reforçar: felicidade e parabéns à nossa querida cidade Ceilândia, por seus 53 anos. Hoje é dia em que eu comi bolo, deputado Ricardo Vale! Eu comi bolo hoje, nossa! Já foi o terceiro do dia e haverá mais 2 à noite. A cidade merece. Quero mais uma vez parabenizar a nossa cidade de Ceilândia, todos os moradores, moradoras e todos aqueles deputados, empresários e pessoas que valorizam a nossa cidade e a reconhecem.

Deputado Ricardo Vale, eu vim fazer uma pontuação, novamente, a respeito da nossa Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, em relação a uma das empresas. Eu queria reforçar que nós visitamos todas as empresas de transporte público do Distrito Federal. Conversamos com cada empresário para entender os serviços que eles prestam para o Governo do Distrito Federal.

É importante dizer que as empresas de transporte público do Distrito Federal não têm nada a ver com qualquer outro tipo de negócio privado. Elas cumprem o papel de serviço essencial, deputado Ricardo Vale. Elas cumprem um serviço que é estabelecido em contrato com o Governo do Distrito Federal, que exige uma série de direitos e de deveres. Nós fomos entender a prejudicialidade deles.

Há empresas que, segundo o contrato, deveriam ter 20% da demanda, mas estão com 9%. Por meio da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, estamos questionando à Secretaria de Mobilidade o porquê de a distribuição por bacias entre as empresas não estar mais paritária.

A Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana fez um estudo sobre linhas e descobriu que existem empresas que estão sobrepondo linhas já existentes que pertencem a outras empresas. Isso também não dá um caráter de igualdade, concretamente. Estamos questionando à secretaria o porquê de essas linhas estarem sobrepostas. Por que há empresas que não operavam em determinada bacia e agora estão operando – e com a linha que outra empresa operava? Isso faz com que algumas empresas tenham as suas perdas.

Contudo, para a renovação feita por 10 anos, existe no contrato algo simples: a renovação da frota. Isso era o critério número 1 para se renovar o contrato por mais 10 anos, contrato que – mais uma vez, não me canso de dizer aqui – já está judicializado e deveria ser revisto.

O Governo do Distrito Federal não teve coragem de rever esse contrato, pegar os modelos novos, estabelecidos em outras praças e em outros países e até mesmo, quem sabe, fortalecer a TCB,

que está sucateada, mas poderia assumir grande parte do *know-how* do transporte público.

A maioria das empresas reclama, sobretudo, das pernas longas, porque o nosso IPK é muito grande, pois eles têm que sair de Brazlândia para ir até o Plano Piloto e ninguém desembarca. Bacana. Deixa assim. O circular roda em Brazlândia e para em um terminal de baldeação, e a TCB pode ter um corredor de tarifa zero exclusivo para o Plano Piloto.

Há experiências que calculamos. Mas aqui, se eu pago a tarifa integração, pego um ônibus, desço no metrô, do metrô vou para a rodoviária e da rodoviária quero ir, por exemplo, para o Lago Sul, onde pego um ônibus da TCB, a TCB não recebe a última perna, que é a tarifa, ou seja, é uma empresa pública que não recebe o dinheiro, fica tudo com a empresa privada. A empresa pública está operando e não recebe. Isso não é justo com ela.

Contudo, quero fazer um resgate sobre uma empresa que visitamos, deputado Pastor Daniel de Castro, que trocou a diretoria. Fomos, com muito respeito, acompanhar a Marechal. Ela teve o seu contrato renovado por 10 anos, sem trocar a frota. Ela tem, hoje, mais 70% da frota vencida. Naquela época – nós temos 5 empresas que operam, além da do transporte rural –, havia 3 empresas que cumpriram o processo para renovar o contrato por 10 anos e renovar a sua frota. Houve 2 que não renovaram: uma delas foi a empresa São José, deputado Ricardo Vale, que chegou a sofrer a perda do direito de operar. Havia uma minuta de licitação apenas para aquela bacia, e, se não desse certo, as outras empresas iriam operar na bacia dela. Isso chegou a tramitar aqui; chegou o documento a esta casa, inclusive. Mas a empresa São José conseguiu se organizar. Apresentou o cronograma, apresentou os primeiros carros neste ano e vai entregar até junho.

A Marechal, que estava naquela época, não conseguiu apresentar. Está aqui o histórico. Foi um contrato renovado com 326 veículos fora da validade. E a Semob continuou autorizando esses veículos fora da validade a rodarem de forma precária. A Marechal também não apresentou, naquela época, uma certidão de regularidade fiscal junto ao FGTS, o que a impedia de renovar o contrato. Ela não pagava o FGTS. Fizeram um acordo, ela pagou, fatiou, apresentou a certidão, tramitou novamente. A empresa passou o ano de 2023 todo atrasando a prestação do cronograma de transporte.

Eu preciso dizer aos senhores como é que funciona. Para uma empresa comprar um ônibus, ela não pode tirar da cabeça dela que vai comprar um ônibus. A secretaria precisa perguntar a ela qual é a tecnologia embarcada. Por exemplo, ela vai operar o BRT? Se for operar o BRT, é um tipo de veículo. Ela vai operar na área rural? É outro tipo de veículo. Ela vai rodar com qual? Quantos midi – que é o ônibus menorzinho? Quantos ônibus padrão? Vai haver biarticulado? A secretaria tem que oficializar a empresa, dizendo: “Eu quero esse tipo de ônibus”.

Deputado Ricardo Vale, não temos ônibus com ar-condicionado no Distrito Federal porque o Governo do Distrito Federal não encomenda comprar ônibus com ar-condicionado. E diz assim: “Ah! Se a gente colocar ônibus com ar-condicionado, sai caro.” Mas quem paga somos nós! Ninguém perguntou ao usuário o que ele prefere. Eu já estou pagando caro. Eu quero andar com conforto. Então, nós não temos ônibus com ar-condicionado porque a secretaria não encomenda, não pede um ônibus com aquele tipo de tecnologia.

Pois bem, a Marechal dizia que não tinha recebido esse documento da secretaria sobre qual tipo de ônibus ela tinha que comprar. Por isso, ela não conseguia apresentar o cronograma. Isso se estendeu de forma sistemática. Nós pedimos inclusive que a secretaria oficializasse a empresa perguntando qual tipo de tecnologia embarcada.

Em janeiro de 2024, foi feito um acordo entre a Semob e a Marechal pactuando um pagamento. O detalhe é que a Marechal dizia que estava sendo prejudicada e que não recebia. Dizia que o Governo do Distrito Federal tinha uma dívida com ela por não fazer pagamento. O governo foi lá, fez um acordo e pagou 200 milhões de reais para a empresa.

Este ano, o Governo do Distrito Federal isentou de Refis das empresas de transporte público 130 milhões de reais; desses, 20 milhões de reais foram da Marechal. E V.Exa. vem aqui dizer que empresário, deputado Fábio Félix, está com risco de não comprar gasolina porque não tem dinheiro? Qualquer argumento cabe no setor de serviço do transporte público, menos dizer que não tem dinheiro. Isso não cabe nem no relatório da economia nem no caixa da empresa, porque, se de 5 empresas que você tem, 3 conseguem renovar e 2 não, então, essas 2 não têm condições de rodar no Distrito Federal. Desculpe-me.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO MAX MACIEL (Bloco PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Para

encerrar, é assim que funciona com qualquer contrato. Se o senhor tem um contrato com o Estado e não o cumpre, este chama a segunda colocada. É, ou não é? Quando fizeram toda a Vicente Pires, se o empresário deixava de fazer a drenagem, não tinha capacidade técnica de cumprir, podia-se chamar o segundo colocado e multar a empresa. Com a empresa de transporte, não. Multamos a empresa de transporte e ainda a tornamos inidônea. Aqui não. A Sufisa fiscaliza, multa as empresas, e elas recebem um bônus de 99% de desconto na conta da multa, que não é multa acessória, é multa principal por uma questão do contrato.

Nós temos responsabilidade no que estamos dizendo. Se a empresa presta o serviço, que receba pelo serviço prestado, mas também vamos exigir o que está no contrato: a qualidade da prestação de serviço.

Deputado Fábio Félix, a Comissão de Transporte recebe, por dia, mais de 50 reclamações por descumprimento de horário, de ônibus que sumiram. Sumiram do GPS. Simplesmente a pessoa está na parada, e o ônibus sumiu. Ficou meia hora sem aparecer. Você sabe o que é meia hora para uma mulher ficar no final da W3, numa escuridão, aguardando o ônibus, sem saber se ele veio, se passou, se vai passar? Isso também é exposição à violência. Então, com esse acordo firmado, saiu o resultado que a Marechal apresentou para a Semob. Depois de ter dado todas as tratativas de prorrogação de contrato, ela apresentou agora o cronograma, no início de março, ainda com 180 dias para apresentar o contrato de compra.

Eu vou resumir aqui para não me alongar. Para renovar os 448 veículos, sabe qual é o prazo que ela deu para trocar todos? Dia 10 de outubro de 2026. Olha, eu sou usuário e sempre fui usuário de transporte público. Eu morava do lado do terminal do P Sul, onde eu pegava a Marechal. É um absurdo o usuário esperar mais 3 anos para que renovem a frota de uma empresa em cujos ônibus as pessoas entram sabendo que eles vão quebrar. Assim foi com a São José – e até agora está sendo, enquanto ela não trocar tudo.

Então, não tem cabimento uma empresa que teve o seu tempo estabelecido para trocar a frota de ônibus antes de renovar o contrato, ter renovado o contrato, passar o ano todinho sem renovar a frota e agora ter mais quase 2 anos para renovar sua frota toda. Isso é uma falta de respeito com os usuários do sistema de transporte público.

Enquanto formos presidente da Comissão de Transporte Público e Mobilidade, nós não vamos arredar o pé e vamos chamar a reclamação dos usuários sobre essa problemática. Então, que renovem, mas renovem com presteza, com agilidade e com conforto para a população.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Quero saudar a presença dos aprovados da Polícia Penal que estão aqui acompanhando esta sessão. (Palmas.)

Sejam bem-vindos!

Encerrados os Comunicados de líderes, pergunto se algum deputado deseja fazer uso da palavra. (Pausa.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu quero aproveitar a fala do deputado Max Maciel, que nos antecedeu ainda há pouco, e dizer o seguinte: eu acho que é bom uma fala dessa para o governo, porque estamos falando de melhora da qualidade dos transportes públicos.

Graças a Deus crescemos e conseguimos hoje ter um carro para nos movimentar, mas eu fui usuário do transporte público e sempre questioneei sobre esse tema. É muito ruim o nosso transporte público. Tem melhorado? Algumas coisas sim.

Foi muito boa essa fala, porque ajuda, inclusive, o governo – eu tenho certeza de que as nossas falas chegam ao governo. Nós acabamos de ter um novo secretário de mobilidade, eu quero muito rogar aqui que ele possa ouvir o que foi dito e trabalhar para ajudar.

Em contrapartida, quero aqui também – aproveitando essa fala – direcionar-me aos empresários de transporte público do Distrito Federal. Primeiro, que eles saibam que nesta casa vai haver fiscalização, porque temos aqui um deputado, na pessoa do deputado Max Maciel – uma pessoa

estudiosa, que conhece, que domina o sistema –, presidente da Comissão de Mobilidade desta Casa, uma pessoa de muito diálogo. Então, que eles fiquem antenados, porque tem que ter mesmo fiscalização.

Eu peço aqui um socorro. Passei a manhã em Santo Antônio do Descoberto. Fui ver o local, porque o governador vai mandar duplicar a DF-280, que vai da BR-060 até o Santo Antônio do Descoberto, deputado Max Maciel. Peço a bondade de V.Exa. para nos ajudar nisso, como presidente da Comissão de Mobilidade.

Acontece o seguinte: a ponte de Santo Antônio do Descoberto tem uma placa de divisa do estado do Distrito Federal com Santo Antônio do Descoberto. A última parada fica a 30 metros dessa placa, a anterior fica a 700 metros. Ou seja, a última parada está no Distrito Federal, a 30 metros de Santo Antônio do Descoberto. Qual é a empresa que opera lá? A Urbi. Ela chegava lá antigamente. O que ela fez? Não vai mais até a última parada. Aí, o cidadão tem que andar 700 metros para chegar à parada onde o ônibus está passando.

Como V.Exa. falou de mulher, vamos pegar, como exemplo, uma mulher, que esta casa defende muito. Vamos pensar em uma mulher grávida que precisa de socorro médico e tem que andar 700 metros. E em dia de chuva? Isso é desumanidade!

Peço ao secretário de mobilidade que notifique a Urbi para que os ônibus... Já mandei um expediente do meu gabinete sobre isso. Trata-se de um pedido dos vereadores que vieram aqui. Fui hoje com eles ao local. É desumano ter que andar 700 metros em dia de chuva, em dia de calor extremo. Aliás, se há parada, por que essa empresa não vai até a parada?

Peço, então, que a Secretaria de Mobilidade notifique a Urbi para que ela volte a fazer o que ela fazia. Eu sei por que ela não o faz. Ela não o faz porque gera economia para ela. Provavelmente, ela recebe pelo que fazia. Ao deixar de fazer, não dá um atendimento de qualidade para a população. Não podemos deixar a população...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Aqui, deixo os meus parabéns ao deputado Max Maciel pelo trabalho excelente que faz nesta casa, principalmente na Comissão de Mobilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu queria, mais uma vez, só fazer um registro, que sempre temos feito nesta casa, sobre a questão da dengue e da saúde no Distrito Federal.

O nosso governadengue, que é o governador do DF, tem feito a pior gestão de prevenção à dengue do país. Ontem, um deputado, inclusive, pediu uma demissão no Ministério da Saúde, mas esqueceu que aqui, no Distrito Federal, há a pior gestão do país e se calou em relação à Secretaria de Saúde.

O Governo do DF, deputados, criou a pior engrenagem de enfrentamento à dengue do país. Eles fizeram as tendas da insalubridade nas regiões administrativas com os mesmos servidores que deveriam estar atendendo nas unidades básicas de saúde ou em outras unidades de saúde.

Em algumas cidades que visitei, próximo às tendas, há tanto entulho que dá para fazer pontos de dengue. Aquilo me chamou atenção. O governo monta uma tenda de atendimento à dengue onde a situação de captação de água é a pior possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Deputado Fábio Félix, desculpe-me interrompê-lo, mas é que os alunos do CEF 1 de Sobradinho já estão saindo. Nós agradecemos a presença deles. Voltem quando quiserem.

Obrigado, deputado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – O governo hoje é questionado pelo Ministério da Saúde, que está inspecionando as tendas e dizendo que elas não têm condições de atendimento, porque o governo não designou os locais. A maior parte das tendas fica nas administrações regionais sem o mínimo de condição para os profissionais de saúde fazerem o atendimento de forma adequada.

Desculpem-me. Fui a algumas tendas, deputado Chico Vigilante. Aquilo ali é uma vergonha. As tendas são uma vergonha! Parecem-me tendas midiáticas, para dizerem que estão fazendo alguma coisa, quando não estão fazendo nada em relação à saúde.

Profissional não é clonado. Quanto ao profissional que vai para a tenda, você pensa: "Vai ser um outro profissional que não está na UBS". Não, o governo desfalca a UBS para garantir o atendimento na tenda. Então, é uma vergonha a forma como o governo tem planejado o atendimento em relação à dengue.

Se as pessoas tiverem dignidade, aquelas mesmas que estão questionando o Ministério da Saúde – que tem uma gestão muito melhor em relação ao tema, inclusive, uma gestão técnica muito melhor que a do Governo do Distrito Federal –, devem falar sobre a situação que a população do DF está vivendo, uma situação, realmente, trágica e dramática.

Por último, presidente, hoje eu estive no Ministério da Justiça. Vamos voltar a fazer o debate das câmeras corporais nesta casa, porque esse não é um debate do DF. As câmeras corporais na segurança pública, em diferentes instituições, são um debate internacional, que têm como consequência uma série de melhorias para os serviços de segurança pública.

Até o governador de São Paulo, que tinha dito que ia acabar com o programa, agora decidiu voltar com o programa e comprar câmeras corporais, porque o impacto para a segurança pública, para a dignidade das pessoas, é enorme. E não só isso, é, inclusive, para viabilizar que mais denúncias aconteçam, que apurações de casos aconteçam, que o trabalho das polícias seja de acordo com o protocolo, com aquilo que está colocado, protegendo os bons policiais e criando condições para a apuração de outras situações, aquelas situações irregulares.

Esse debate tem de ser feito de forma muito séria nesta casa. Nós vamos continuar conduzindo esse debate com muita seriedade, levando em consideração os dados internacionais de aplicação dessa política e não só os discursos, muitas vezes, não fundamentados e que, do meu ponto de vista, só reforçam o populismo penal ou defendem categorias de forma abstrata.

Defender as categorias é defender que uma política pública também funcione da melhor forma e defender que aqueles que são os bons profissionais daquela categoria possam atuar e ter segurança no seu trabalho.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado.

Convido o deputado Fábio Félix para secretariar os trabalhos da mesa.

Enquanto S.Exa. chega, eu quero lembrar que hoje é dia 27 de março. Hoje, Renato Russo, se estivesse vivo, faria apenas 64 anos de idade. Renato Russo, que é um ícone do *rock* brasileiro, deixou obras maravilhosas, um legado espetacular de músicas maravilhosas que influenciaram toda uma geração. Esta Câmara Legislativa, no ano passado, aprovou um projeto de lei criando o Dia do *Rock* Brasileiro.

Hoje é o primeiro ano em que estamos comemorando essa data. Inclusive, vai haver uma audiência pública daqui a pouco no Espaço Cultural Renato Russo, na 508 Sul, e eu queria fazer esse registro. Foi atendendo ao pedido das bandas de *rock*, de produtores, que esta casa aprovou o projeto criando o Dia do *Rock* Brasileiro, justamente no dia de hoje para fazer uma homenagem ao Renato Russo, à banda Legião Urbana e a outras bandas que marcaram época, como Capital Inicial, Plebe Rude. Foi um momento extremamente rico da nossa cultura.

Está tombado. O *rock* já é patrimônio cultural imaterial do Distrito Federal. E, agora, com o Dia do *Rock*, esse legado jamais será esquecido. Com isso incentivamos esse segmento da música, que é muito forte aqui no Distrito Federal. Ainda há muitas bandas de *rock*, muitos jovens que tocam, precisando de espaço. Temos certeza de que essa política pública, essa ação que a Câmara fez, vai fomentar o *rock* do Distrito Federal e vai manter vivo esse legado maravilhoso, essa parte linda da nossa história.

Então, eu queria fazer este registro: vivo o *rock* brasileiro!

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário, deputado Fábio Félix.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – O expediente lido vai a publicação.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Presidente, antes de encerrar a sessão, eu queria aproveitar a oportunidade para fazer uma prestação de conta – porque a minha cidade está completando 53 anos – de um pouco do que nós desenvolvemos em 2023.

No ano de 2023, nós destinamos 9 milhões e 480 mil reais para a cidade de Ceilândia desta forma: para a educação, encaminhamos o atendimento a 58 escolas, totalizando 1 milhão e 390 mil; para a cultura, com atendimento a vários projetos, totalizamos 1 milhão e 600 mil; para a saúde, superintendência oeste, foram 2 milhões e 250 mil para aquisição de medicamentos, apoio, manutenção e funcionamento dos hospitais e de UBS, por meio do *Programa de Descentralização Progressiva de Ações de Saúde*, o PDPAS.

Nós encaminhamos, presidente deputado Ricardo Vale, 3,7 milhões para a infraestrutura, que inclui novo mobiliário e novo telhado da biblioteca de Ceilândia, que já chegou. Estamos esperando a Novacap, que vai nos ceder a mão de obra para a troca do telhado – o mobiliário já chegou. Para o estacionamento do Centro de Línguas, o CIL – reivindicação antiga dos pais, servidores e alunos –, foi um estacionamento com drenagem, com absorção programada e calçamento. Recurso de 1 milhão e meio para a Praça do Eucalipto, onde estamos trocando todo o calçamento, ampliando o estacionamento, trocamos as lâmpadas. Ainda mandamos mais 800 mil para a nova pista de esquite do Zoca – essas obras já estão em andamento. Para fechar, na pauta do meio ambiente, foram 480 mil reais para instalarmos várias hortas comunitárias próximas e dentro das escolas de Ceilândia.

Era só para deixar um pouco desse registro da nossa prestação de conta a essa cidade, da qual temos muito orgulho. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado.

Quero registrar, mais uma vez, a presença dos aprovados da Polícia Penal, e dizer que é justa a reivindicação de vocês. O efetivo está pequeno. É preciso que o Estado providencie o mais rápido possível novas contratações.

Parabéns pela luta de vocês, sejam sempre bem-vindos a essa casa.

Pergunto se algum deputado quer fazer ainda o uso da palavra. (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15h56min.)

Siglas com ocorrência neste evento:

ACS – Agentes Comunitários de Saúde
Avas – Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde
BRB – Banco de Brasília
BRT – Bus Rapid Transit
CEF – Centro de Ensino Fundamental
CIL – Centro Interescolar de Línguas
Cras – Centro de Referência da Assistência Social
EPI – Equipamento de Proteção Individual
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
GPS – Global Positioning System
Iges – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde
IPK – Índice de Passageiros Transportados por Quilômetro
Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
PDPAS – *Programa de Descentralização Progressiva de Ações de Saúde*
Semob – Secretaria de Transporte e Mobilidade
Sufisa – Subsecretaria de Fiscalização, Auditoria e Transporte
TCB – Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília
UBS – Unidade Básica de Saúde

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROBSON KONIG - Matr. 12651, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa - Substituto(a)**, em 01/04/2024, às 18:34, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.

Ata Circunstanciada da 12ª Sessão Extraordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 12ª
(DÉCIMA SEGUNDA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
DE 26 DE MARÇO DE 2024.

INÍCIO ÀS 17H16MIN

TÉRMINO ÀS 17H27MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Declaro aberta a sessão extraordinária de 26 de março de 2024, nos termos do art. 120 do Regimento Interno.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o deputado Robério Negreiros a secretariar os trabalhos da mesa.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Dá-se início à
ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

Item nº 1:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 983/2024, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências”.

Aprovado em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em segundo turno, com a presença de 16 deputados.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 983/2024, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

Passa-se à apreciação em bloco dos seguintes itens:

Item nº 2:

Discussão e votação, em turno único, dos requerimentos:

Requerimento nº 1.213/2024, de autoria da deputada Paula Belmonte, que "Requer a transformação da Sessão Ordinária do dia 04 de abril de 2024 em Comissão Geral, para discussão do Projeto de Lei Complementar nº 41/2024, que aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB e dá outras providências";

Requerimento nº 1.214/2024, de autoria da deputada Paula Belmonte, que "Requer a transformação da Sessão Ordinária do dia 09 de maio de 2024 em Comissão Geral para debater sobre o Rio Melchior, com o tema Adensamento versus Preservação";

Requerimento nº 1.215/2024, de autoria do deputado Chico Vigilante, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater o Fortalecimento da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Distrito Federal, em 24 de abril de 2024, às 10h";

Requerimento nº 1.246/2024, de autoria da deputada Jaqueline Silva, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater acerca do Cartão Material Escolar, a realizar-se em 11 de abril de 2024, às 19h, no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal";

Requerimento nº 1.247/2024, de autoria do deputado Fábio Félix, que "Requer a realização de Audiência Pública com o tema "Os desafios dos atendimentos públicos após o fechamento da ATP";

Requerimento nº 1.248/2024, de autoria do deputado Chico Vigilante, que "Requer a transformação da Sessão Ordinária do dia 11 de abril de 2024 em Comissão Geral, para debater sobre a situação do Transporte Público do Distrito Federal";

Requerimento nº 1.249/2024, de autoria do deputado Chico Vigilante, que "Requer a realização de Audiência Pública, no dia 14 de maio de 2024, para debater sobre a obrigatoriedade da implementação de Passagens de Fauna nas rodovias do Distrito Federal";

Requerimento nº 270/2023, de autoria da deputada Paula Belmonte, que "Requer a constituição de Comissão Especial destinada para vistoriar as condições das maternidades, UTIS e protocolos de saúde neonatal dos hospitais da rede pública do Distrito Federal".

Item extrapauta:

Discussão e votação dos requerimentos:

– Requerimento nº 1.256/2024, de autoria do deputado João Cardoso, que "requer a realização de Audiência Pública, a realizar-se no dia 23 de abril de 2024, às 19h, no Plenário desta Casa de Leis, para debater sobre a valorização dos servidores do DER";

– Requerimento nº 1.261/2024, de autoria da deputada Dayse Amarilio, que "requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o Projeto de Lei nº 848/2024, de autoria do Poder Executivo, no âmbito do Comissão de Assuntos Sociais, a se realizar no dia 8 de abril de 2024, às 16h, na Sala de Reuniões desta Casa de Leis";

– Projeto de Lei nº 848/2024, de autoria do Poder Executivo, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, a ser realizada no dia 8 de abril de 2024, às 16h, na Sala de Reuniões desta Casa de Leis".

Item nº 3:

Discussão e votação, em turno único, das moções:

– Moção nº 668/2024, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro e Wellington Luiz, que "manifesta votos de Louvor e homenageia as pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados a Câmara Legislativa do Distrito Federal";

– Moção nº 669/2024, de autoria do deputado Gabriel Magno, que "Manifesta votos de louvor e aplausos às pessoas que especifica, por ocasião do aniversário do SINPRO/DF";

– Moção nº 670/2024, de autoria do deputado Rogério Morro da Cruz, que "Reconhece e apresenta votos de louvor aos artesãos por reconhecimento do valor cultural, social e econômico que agregam à nossa sociedade, através da sua habilidade única de transformar matéria-prima em obras de arte que expressam a identidade e a diversidade cultural de nossa nação";

– Moção nº 671/2024, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que "Manifesta votos de Louvor e homenageia as pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados a Câmara

Legislativa do Distrito Federal”;

– Moção nº 672/2024, de autoria da deputada Jaqueline Silva, que “Reconhece e apresenta votos de louvor ao Sargento Fábio Eliseu da Silva, e aos Cabos Filipe Bueno Lopes, Eduardo Ferreira de Souza e Nagai Pereira Aguiar, pelo 'ATO DE BRAVURA' demonstrado em serviço”;

– Moção nº 673/2024, de autoria do deputado Rogério Morro da Cruz, que “Reconhece e apresenta votos de louvor aos artesãos por reconhecimento do valor cultural, social e econômico que agregam à nossa sociedade, através da sua habilidade única de transformar matéria-prima em obras de arte que expressam a identidade e a diversidade cultural de nossa nação”;

– Moção nº 674/2024, de autoria do deputado Rogério Morro da Cruz, que “Reconhece e apresenta votos de louvor aos artesãos por reconhecimento do valor cultural, social e econômico que agregam à nossa sociedade, através da sua habilidade única de transformar matéria-prima em obras de arte que expressam a identidade e a diversidade cultural de nossa nação.”;

– Moção nº 675/2024, de autoria do deputado Gabriel Magno, que “Manifesta votos de louvor e aplausos às pessoas que especifica, por ocasião do aniversário do SINPRO/DF”;

– Moção nº 676/2024, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor as servidoras das áreas de Educação, Saúde e Segurança do Governo do Distrito Federal que especifica, pelos relevantes serviços prestados no exercício de suas funções”;

– Moção nº 677/2024, de autoria da deputada Dayse Amarílio, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados na Câmara Legislativa do Distrito Federal.”;

– Moção nº 678/2024, de autoria do deputado Pepa, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor e aplausos às personalidades que especifica pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal”;

– Moção nº 679/2024, de autoria do deputado Fábio Félix, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor aos músicos da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro pelos relevantes serviços prestados em favor da cultura no Distrito Federal”;

– Moção nº 680/2024, de autoria do deputado Fábio Félix, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor aos agentes promotores e defensores das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé no Distrito Federal”;

– Moção nº 681/2024, de autoria do deputado Jorge Vianna, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, em ocasião do Março Roxo – Mês de Mobilização e Conscientização sobre a Epilepsia”;

– Moção nº 682/2024, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “Parabeniza e manifesta votos de louvor as servidoras das áreas de Educação, Saúde e Segurança do Governo do Distrito Federal que especifica, pelos relevantes serviços prestados no exercício de suas funções”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, das moções:

– Moção nº 683/2024, de autoria do deputado Hermeto, que “Reconhece e apresenta votos de louvor aos policiais militares lotados no 8º Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal pelos relevantes serviços prestados à população da Ceilândia”.

– Moção nº 684/2024, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que “Manifesta votos de louvor e homenageia a senhora Daianna Brandão de Carvalho pelos relevantes serviços prestados à saúde do Distrito Federal”.

– Moção nº 685/2024, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que “Manifesta moção de louvor ao pastor evangélico Paulo Ricardo Cavalcante Jorge Ferreira, da Assembleia de Deus Madureira”.

– Moção nº 686/2024, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que “Manifesta moção de louvor a pessoa que especifica por ocasião do Dia do Pastor”.

– Moção nº 687/2024, de autoria do deputado Gabriel Magno, que “Manifesta votos de louvor e aplauso à pessoa que especifica por ocasião do aniversário do SINPRO/DF”.

– Moção nº 688/2024, de autoria do deputado Fábio Félix, que “parabeniza e manifesta votos de louvor à pessoa que especifica, pelos relevantes serviços prestados na Câmara Legislativa do

Distrito Federal”;

– Moção nº 689/2024, de autoria do deputado Gabriel Magno, que “manifesta Votos de Louvor e Aplausos às pessoas que especifica, pela atuação na área de Comunicação”;

– Moção nº 690/2024, de autoria do deputado Hermeto, que “manifesta votos de louvor e parabeniza aos mencionados pelos relevantes serviços prestados à comunidade e a cidade do Park Way”;

– Moção nº 691/2024, de autoria do deputado Ricardo Vale, que “manifesta louvor às pessoas abaixo nominadas pelos relevantes serviços prestados à comunidade”;

– Moção nº 692/2024, de autoria da deputada Jaqueline Silva, que “reconhece e Manifesta votos de louvor e parabeniza o Sr. FRANCISCO RODRIGUES DE SALES, in memoriam, e à Sra. MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA SALES, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, à frente a gestão do Bazar Sales”;

– Moção nº 693/2024, de autoria do deputado Gabriel Magno, que “manifesta Votos de Louvor e Aplausos às pessoas que especifica, por ocasião do aniversário do SINPRO/DF”;

– Moção nº 694/2024, de autoria do deputado Roosevelt, que “reconhece e apresenta Votos de Louvor à Dra. LUDMILA MACIEIRA DOS REIS, pelo profissionalismo e dedicação à sociedade e pelo notável trabalho exercido na Advocacia do Distrito Federal”;

– Moção nº 695/2024, de autoria do deputado Roosevelt, que “reconhece e apresenta votos de louvor ao 1º SGT LUCIOMAR MARTINS DE OLIVEIRA, mat.: 23.760/4, 3º SGT CARLOS ALEXANDRE MORAES GOMES, mat.: 731.786/7, 3º SGT CÍCERO PAULO BENTO DO LAGO, mat.: 731500/7 e 3º SGT WESLEY PAULO DE OLIVEIRA, mat.: 02159333, da Polícia Militar do Distrito Federal, pelo profissionalismo e dedicação demonstrados na brilhante atuação ao retirar passageiros de um ônibus em chamas e combater o incêndio na Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA)”;

– Moção nº 696/2024, de autoria do deputado Iolando, que “manifesta votos de louvor e aplausos às pessoas que especifica, por ocasião da celebração do Dia Mundial de Conscientização do Autismo”;

– Moção nº 696/2024, de autoria do deputado Iolando, que “manifesta votos de louvor e aplausos às pessoas que especifica, por ocasião da celebração do Dia Mundial de Conscientização do Autismo”;

– Moção nº 697/2024, de autoria do deputado Max Maciel, que “parabeniza e manifesta votos de louvor aos agentes promotores e defensores das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé no Distrito Federal”;

– Moção nº 698/2024, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “parabeniza e manifesta votos de louvor as servidoras das áreas de Educação, Saúde e Segurança do Governo do Distrito Federal que especifica, pelos relevantes serviços prestados no exercício de suas funções”;

– Moção nº 699/2024, de autoria do deputado Gabriel Magno, que “manifesta Votos de Louvor e Aplausos às pessoas que especifica, por ocasião do aniversário da Universidade Católica de Brasília”;

– Moção nº 700/2024, de autoria do deputado Max Maciel, que “parabeniza e homenageia as pessoas que especifica, pela significativa contribuição para a história, para a cultura e para o desenvolvimento de Ceilândia”;

– Moção nº 701/2024, de autoria do deputado Ricardo Vale, que “manifesta louvor às pessoas abaixo nominadas pelos relevantes serviços prestados à cultura do rock no Distrito Federal”.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Passo a presidência ao deputado Robério Negreiros.

(Assume a presidência o deputado Robério Negreiros.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando os requerimentos e as moções; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Se você envia documentos para publicação no
DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA
então esse recado é pra você!

5 dicas para ter o seu documento publicado sem problemas

1

Use o SEI

Precisamos da sua assinatura digital e do QRCode

Envie os originais

PDF só se for de documento externo à CLDF

2

3

Use os modelos

O SEI disponibiliza modelos para os documentos

Veja esse resumo

Tahoma 12

4

5

Cuidado com as tabelas

770 pixels ou 100%

clique e saiba mais...

Trabalhando juntos podemos oferecer
um serviço de qualidade para a população do DF.



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL